AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 01 | JANEIRO 2016 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

TERRAS
CRISE SEGURA O PREÇO

PECUÁRIA RENTABILIDADE E EMISSÃO DE GEE NOS PAMPAS

ECONOMIA O NOVO MINISTRO: NELSON BARBOSA

COP-21 UM RESUMO DO ACORDO HISTÓRICO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O NOVO MINISTRO

A escolha do ministro Nelson Barbosa para substituir Joaquim Levy na Fazenda desagradou o mercado financeiro e os empresários em geral. Levy tinha maior afinação com políticas econômicas mais ortodoxas e não apoiava uma maior intervenção do Estado para ativar a economia. Já Barbosa, de tradição bastante heterodoxa e desenvolvimentista, parece ter tido uma correção de rota de pensamento, a partir de seus últimos textos preparados dentro da Fundação Getulio Vargas: defende a responsabilidade fiscal e as reformas estruturais, como a da previdência e a redução de subsídios. Por exemplo, o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – que por sinal ainda não terminou – parece ter partido do ministro Nelson Barbosa. Por outro lado, dentro de sua tradição de formação heterodoxa (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – e New School For Social Research – em Nova York), apoia-se em pensadores estruturalistas, como, por exemplo, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, e em alguns pais da Macroeconomia, como Keynes e Kalecki. Isso significa criar demanda a partir do investimento público; resta saber como fazer isso com um quadro fiscal deteriorado. Sem dúvida, as parcerias público-privadas e a agenda de concessões deverão ganhar maior destaque, mas 2016 não vai escapar de mais recessão (queda do PIB) e de inflação ainda acima do teto da meta (6,5%), apesar de menor do que em 2015.

Afinal, para sair desse buraco (e o investimento voltar com força), será necessária a reconquista da confiança dos empresários, o que não vai acontecer enquanto a crise política não for resolvida. E, na melhor hipótese, esta crise consumirá todo o primeiro semestre de 2016. Para a agropecuária, continuamos com nossa posição de que é o setor que menos sente a crise, principalmente os setores exportadores, com um câmbio flutuando entre R$ 3,70 e R$ 4,20 o dólar.

O MERCADO de compra e venda de terras, depois de um período de ampla valorização nos últimos anos, sofreu um forte desaquecimento. O próprio incremento na área de grãos desta safra 2015/16 deverá ser menor em comparação às safras anteriores. Essa situação tende a permanecer ao longo deste ano, muito embora esse tipo de investimento caracterize-se por um dos mais seguros para a preservação do patrimônio em tempos de crise.

Entramos em 2016 ainda com as repercussões da 21ª Conferência do Clima (COP-21) das Nações Unidas. O Acordo de Paris representa o novo marco jurídico de luta contra o aquecimento global. É o primeiro grande entendimento internacional desde o Protocolo de Kyoto, em 1997. Pela primeira vez na arena multilateral, o acordo estabelece as bases para que todos os países tenham compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), reconhecendo que deve haver diferenciação por conta dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países. No caso brasileiro, o cumprimento do acordo dependerá, em grande medida, da contribuição do agronegócio. Se superados os desafios, com as medidas assumidas o setor pode tornar-se ainda mais competitivo no mercado global. Como é uma questão de convocação, devemos aproveitar essa rara oportunidade.

Na entrevista do mês, Patrícia Iglecias, secretária do Meio Ambiente do estado de São Paulo, que

esteve presente na COP-21, traz uma reflexão oportuna sobre o desdobramento deste evento. Segundo ela, o Acordo de Paris foi a negociação possível entre as partes. Depois de tantos anos de discussões, agora, há um arcabouço multilateral envolvendo todos os países. É o início de um sistema de verificação e transparência e enormes expectativas de financiamento para uma economia de baixo carbono.

Segundo a FAO, os GEE emitidos pela pecuária correspondem a 14,5% de todo os GEE gerados pelo homem – do total da pecuária, 41% das emissões são de responsabilidade da pecuária de corte. A ***Agroanalysis*** apresenta os resultados de um estudo que analisou a rentabilidade e os potenciais impactos ambientais da pecuária de corte nos principais sistemas de produção do Rio Grande do Sul (bioma Pampa).

Na atual retração do mercado de suco concentrado de laranja, a citricultura brasileira depara-se com um fato importante: o aumento da produção própria de laranja pelas indústrias. Como não há relação de complementaridade técnica entre as duas atividades (produção agrícola e industrial) que justifique essa integração, resta discutir como essa decisão pode impactar a segurança de suprimento e o poder de barganha na compra da fruta de fornecedores.

Na Argentina, as lideranças e os empresários do agronegócio comemoram a chegada de um novo governo, comandado pelo presidente Mauricio Macri. Conforme havia prometido em sua campanha eleitoral, o novo presidente extinguiu os impostos de exportação sobre as *commodities* agrícolas, as chamadas *retenciones*. Com políticas voltadas para conquistar espaços nos mercados externos, a ordem interna será de ganhar produtividade e competitividade nas cadeias produtivas. Potencial para isso sobra para os argentinos.

Para encerrar, damos destaque para o Caderno Especial da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM), fundada em 1972, com uma história cercada de desafios e mudanças reestruturais em seus mercados de negócios. Diz a frase tradicional na agricultura que uma lavoura começa com uma boa semente. A indústria sementeira no Brasil, de natureza tropical, acompanhou o avanço tecnológico promovido pelos grandes países desenvolvidos. O setor construiu marcos regulatórios modernos e sólidos para o agronegócio nacional desempenhar o papel de liderança e protagonismo em escala global. ■



SUMÁRIO

04 CAPA EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
PATRÍCIA IGLECIAS
NINGUÉM QUER PAGAR A CONTA DO AQUECIMENTO GLOBAL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O NÓ FISCAL E A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2016

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 INFLAÇÃO BRASILEIRA
ALTA, RESISTENTE E CORROSIVA

19 CAPA PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA
QUEM É VIÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PAMPA?

23 LARANJA
PRODUÇÃO PELAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS

26 CAPA TERRAS
ESFRIARAM OS NEGÓCIOS NO PAÍS

29 PROENERGIA
A EVOLUÇÃO DO PROÁLCOOL

31 LARANJA
A FLÓRIDA EM APUROS

32 POLÍTICA AGRÍCOLA

32 ARGENTINA
NOVOS VENTOS PARA O CAMPO

34 SUSTENTABILIDADE

34 CAPA COP-21
O ACORDO DE PARIS

36 CONTEÚDO ESPECIAL

36 ESPECIAL OCB
PRÊMIO SESCOOP EXCELÊNCIA DE GESTÃO

40 ESPECIAL ABRASEM
CONHEÇA O SISTEMA BRASILEIRO DE SEMENTES

45 ESPECIAL ANDEF
FENÔMENO EL NIÑO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
FELIZ 2017, 18, 20...

47 PRODUZIR
BRASIL É O CENTRO DAS SOLUÇÕES ENTRE CLIMA E COMÉRCIO

48 OPINIÃO
INCORPORAR O CONCEITO DE CADEIA PRODUTIVA

49 REFLEXÃO
FATOS E VERSÕES

50 ESTATÍSTICA

NINGUÉM QUER PAGAR A CONTA DO AQUECIMENTO GLOBAL

PATRÍCIA IGLECIAS
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

POR PAULO ROQUE

No entender da secretária paulista do Meio Ambiente, que participou da 21ª Conferência do Clima, em Paris, a conta do aquecimento global é paga de outra forma, com desastres, epidemias, migrações, danos à infraestrutura e perda de serviços ecossistêmicos, entre outros. "Os países desenvolvidos já perceberam isso e aumentaram seu comprometimento". A participação brasileira na COP-21 foi considerada importantíssima e mereceu o reconhecimento de todos os 195 países participantes. Entre as ações do estado de São Paulo, Patrícia Iglecias destaca a adesão à Iniciativa 20x20, com o compromisso de promover a restauração de 300 mil hectares até 2020. Com isso, o estado conecta o Programa Nascentes* e as demais iniciativas de restauração à iniciativa que pretende chegar a 2020 com mais de 20 milhões de hectares de florestas em processo de restauração na América Latina e no Caribe. A restauração ecológica está registrada na Contribuição Pretendida Determinada Nacionalmente (INDC, na sigla em inglês). No total, o Brasil compromete-se a restaurar 12 milhões de hectares de florestas em quinze anos.

Outro destaque é o Protocolo Climático, lançado na capital francesa, que conta com mais de sessenta empresas e entidades pré-aderentes, além da assinatura de dois documentos: o primeiro é o memorando de entendimento para a captação de US$ 50 milhões para o Programa Nascentes, assinado com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e o Regions of Climate Action (R20); e o segundo, o Protocolo de Boas Práticas Socioambientais para o Setor Financeiro, assinado com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que funcionará como uma regulamentação estadual da normativa do Banco Central a respeito das políticas internas socioambientais das instituições financeiras atuantes no estado de São Paulo.



AGROANALYSIS: O LANÇAMENTO INTERNACIONAL DO PROTOCOLO CLIMÁTICO, NA EMBAIXADA DO BRASIL NA FRANÇA, ATENDEU AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO PAULISTA?

PATRÍCIA IGLECIAS: Sem dúvida. Tivemos uma sessão muito rica de apresentação de *cases*. Isso nos deu um panorama do que as empresas já estão fazendo e propiciou a troca de experiências e contatos entre as empresas presentes. O Protocolo indica as empresas na linha de frente em termos de operacionalização de medidas para enfrentamento do aquecimento global.

QUAL É O CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS ASSINADOS DURANTE O EVENTO?

PI: Além da adesão das empresas ao Protocolo propriamente dito, assinamos dois outros documentos importantes para o nosso trabalho nos próximos anos. O memorando de entendimento assinado com o Funbio e o R20 nos permitirá captar e gerir recursos internacionais para o Programa Nascentes. Nossa meta é captarmos US$ 50 milhões para a restauração dos mananciais paulistas. Vamos contar com a *expertise* do Funbio na captação e na gestão de fundos para a biodiversidade; e com a facilitação da rede de contatos do R20. Já o Protocolo de Boas Práticas Socioambientais para o Setor Financeiro, assinado com a FEBRABAN, vai permitir que as instituições financeiras do estado de São Paulo comprometam-se com a adoção de boas práticas, nos moldes dos Princípios do Equador.

O ESTADO DE SÃO PAULO E O GOVERNO FEDERAL ESTÃO COM COMPROMISSOS AMBIENTAIS ASSUMIDOS PARA 2020?

PI: O estado de São Paulo possui compromisso com a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas desde 2009. Além da meta de redução de emissões, há um amplo espectro de ações desde o transporte à saúde, dos serviços ecossistêmicos à resposta a desastres naturais. Também temos compromissos fortes com a restauração ecológica. Aderimos à Iniciativa 20x20 e nos comprometemos a restaurar 300 mil hectares até 2020. Todos esses compromissos contribuem para a INDC apresentada pelo governo federal à Convenção.

Há outros governos, como os do Distrito Federal e de Goiás, que querem criar, em seus estados, um protocolo climático inspirado pelo nosso.

COMO O BRASIL POSSUI VOCAÇÃO NATURAL PARA O AGRONEGÓCIO, TEMAS ASSOCIADOS A SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE AFETAM A IMAGEM DO PAÍS?

PI: As questões relacionadas ao desmatamento ainda são temas muito presentes nas discussões internacionais envolvendo o Brasil, ainda mais com o recente aumento na taxa de desmatamento da Amazônia. No estado de São Paulo, temos um bom exemplo de como o agronegócio pode caminhar lado a lado com as questões ambientais. O Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético, conhecido como Etanol Verde, assinado entre o governo de São Paulo, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), mostra resultados positivos ano a ano. Desde o começo do programa, em 2007, deixaram de ser queimados 7,16 milhões de hectares. Isso representa uma redução nas emissões de gases do efeito estufa na ordem de 4,4 milhões de toneladas. Deixou-se de emitir 26,7 milhões de toneladas de poluentes, o equivalente às emissões de poluentes de 77,5 mil ônibus em circulação durante um ano.

O ACORDO FINAL DA COP-21 FRUSTRA OU SATISFAZ A EXPECTATIVA DO CIDADÃO?

PI: Ainda não sabemos se o cidadão comum já assimilou os resultados do Acordo. Muitas análises estão sendo feitas, em sua maioria positivas. Isso cria um momento necessário para uma transformação em nossos padrões de produção e consumo, principalmente os relacionados ao consumo de combustíveis fósseis e ao desmatamento. Não é hora de criticar ou reforçar as matérias faltantes.

> “O ACORDO DE PARIS FOI A NEGOCIAÇÃO POSSÍVEL ENTRE AS PARTES.”

O momento pede o engajamento de todos para tirar os melhores resultados do Acordo.

AS QUESTÕES DE FINANCIAMENTO INERENTES AOS DANOS PROVOCADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO O GRANDE FOCO DE RESISTÊNCIA DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS?

PI: Sim. Ainda são. Ninguém quer pagar a conta do aquecimento global. Só que a conta é paga de outra forma, com desastres, epidemias, migrações, danos à infraestrutura, perda de serviços ecossistêmicos, entre outros. Os países desenvolvidos já perceberam isso e aumentaram seu comprometimento. Alguns querem, inclusive, a contribuição de recursos das economias emergentes, como a do Brasil, para os países mais pobres.

AS METAS DEVERIAM SER EM TORNO DE UM PERCENTUAL DE REDUÇÃO NA EMISSÃO DE GÁS CARBÔNICO OU DE UM LIMITE PARA A TEMPERATURA GLOBAL DE LONGO PRAZO?

PI: O Acordo de Paris foi a negociação possível entre as partes. Serão empreendidos por todos – governos nacionais, regionais, subnacionais – esforços para que a elevação da temperatura fique abaixo de 2°C, com esforços para limitar a 1,5°C, aspecto importantíssimo para os países insulares, mais suscetíveis aos efeitos das mudanças no clima. Depois de tantos anos de discussões, com este acordo possível deveremos trabalhar.

FOI DADO UM PASSO À FRENTE PARA AS NEGOCIAÇÕES DA COP-22, EM 2016, EM MARRAQUEXE, NO MARROCOS?

PI: Sim. Agora, temos um arcabouço multilateral envolvendo todos os países. As INDCs deverão convergir em uma obrigação baseada num limite definido de temperatura. É o início de um sistema de verificação e transparência e enormes expectativas de financiamento para uma economia de baixo carbono. ■

* O Programa Nascentes foi lançado pelo governo do estado de São Paulo, em março de 2015, com o objetivo de restaurar 20 mil hectares de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga de mananciais até o final de 2020, mobilizando investimentos públicos e privados.



sicredi.com.br
gentequecooperacresce.com.br

morya

A vida é melhor quando é cooperativa.

Seja no campo ou na cidade.

Quando o crescimento de um fortalece o outro, todo mundo ganha. Este é o nosso jeito de pensar, o jeito de uma instituição financeira cooperativa. O Sicredi oferece um atendimento próximo, com soluções adequadas às necessidades de cada produtor rural. Assim nos tornamos, pela quarta vez consecutiva, a 3ª maior[1] instituição financeira do País em crédito rural e o agente financeiro que liberou o maior volume de recursos para a agricultura familiar na safra 2014-2015. Venha para o Sicredi.

[1]Fonte: Especial Melhores e Maiores 2015 da Revista Exame. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.



- Cartões • Poupança
- Empréstimos e Financiamentos
- Consórcios • Seguros

Sicrediagro

GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI

FRASES & COMENTÁRIOS

"A importância das cooperativas para o campo brasileiro revela-se quando se verifica que 50% da produção agropecuária estão vinculados, direta ou indiretamente, ao sistema de cooperativas."

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

"O País poderá dobrar a produção com a chegada de novas variedades geneticamente modificadas da oleaginosa. Na última década, a área cultivada com soja transgênica triplicou no País. Estamos contando com isso, no futuro, para trazer mais renda tanto para o campo, quanto para a cidade."

DÉCIO TEIXEIRA, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Rio Grande do Sul (Aprosoja-RS) e um dos vice-presidentes da Aprosoja Brasil

"Temos a maior certificação, que é o Código Florestal brasileiro. Portanto, o papel do Brasil, agora, é vender o que estamos fazendo aqui; afinal, nenhum outro lugar do mundo precisa dedicar parte do seu patrimônio para a sociedade mundial. Temos que vender os conceitos de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP) para os outros países."

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"A cana ocupa 16,0% da nossa matriz energética, ou seja, é a segunda fonte renovável mais usada no País, junto com a hidroeletricidade. Por conta deste diferencial, o Brasil está muito acima da média mundial de 13,2% no uso de energias limpas e renováveis."

ELIZABETH FARINA, diretora presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)

"A maior parte das terras usadas na agropecuária brasileira está ocupada com pastagens: de um montante de quase 180 milhões de hectares, mais da metade passa por algum estágio de degradação. Também deste total de hectares, apenas 10% das pastagens brasileiras adotam sistemas pastoris menos impactantes, como pousio, rotações e integração lavoura-pecuária-floresta."

Dados divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

"O Brasil poderá se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado até 2030, ano em que a produção pesqueira nacional tem condições de atingir 20 milhões de toneladas ao ano."

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

"**Reiteramos ao ministro de Assuntos Exteriores e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius, o desejo do governo brasileiro, e de todo o MERCOSUL, de passar à fase da troca de ofertas para o acordo MERCOSUL-UE.**"

MAURO VIEIRA, ministro brasileiro das Relações Exteriores, ao defender que a França mantenha seu apoio às negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, de forma que um acordo entre os dois blocos possa ser assinado já em 2016

"Espero que a China demande 200 mil toneladas de carne bovina do Brasil por ano a partir de 2016, gerando faturamento de US$ 1 bilhão à indústria nacional."

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

O NÓ FISCAL E A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2016

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

ENTRAMOS EM 2016 sob um cenário de grande incerteza para a economia brasileira. As previsões de analistas econômicos são muito pessimistas: apontam para mais um ano de contração da atividade econômica, de aumento do desemprego, de inflação elevada e de endividamento público crescente. A confluência do cenário econômico adverso e a disfuncionalidade do sistema político realimentam-se numa dinâmica destrutiva das expectativas. No cenário externo, as condições são tampouco favoráveis: queda do preço de *commodities*, desaceleração das economias emergentes, lento crescimento das economias desenvolvidas e aumento dos riscos geopolíticos. Dada a complexidade desse cenário, dentre os principais fatores a serem monitorados em 2016, acredito que o manejo da situação fiscal doméstica será crucial para o desempenho da economia em 2016.

A situação fiscal é o nó górdio da estabilização econômica, pois está no caminho crítico para retomarmos o crescimento sustentado, uma vez que a contração da atividade econômica brasileira resulta de duas forças. A primeira delas é de natureza cíclica; resulta da exaustão das políticas de demanda agregada empregadas no primeiro governo Dilma. Com isso, o desequilíbrio fiscal e a inflação aumentam. A segunda força é de natureza estrutural; resulta da desaceleração do chamado PIB potencial, ou seja, da capacidade da economia de produzir sem gerar pressões inflacionárias adicionais. Segundo estudo[1], a taxa de crescimento do PIB potencial caiu de 3,9% a.a., no período de 2003 a 2010, para 1,9% a.a., no período de 2011 a 2013. As principais causas da desaceleração foram a queda da eficiência do emprego dos fatores de produção (Produtividade Total dos Fatores – PTF) e da disponibilidade do fator trabalho. Assim, mesmo que o desequilíbrio do *mix* de políticas macroeconômicas seja corrigido, estaremos condenados a crescer de maneira sustentada a taxas muito baixas, se não atacarmos também os problemas de natureza estrutural. O nó da política fiscal está nas duas frentes. No aspecto cíclico, a manutenção de superávits primários compatíveis com uma trajetória sustentável da dívida pública é peça-chave para a queda das taxas de juros e para a eficácia da política monetária no combate à inflação. No lado estrutural, esta manutenção é indispensável para a estabilidade macroeconômica. Esta, por sua vez, é uma condição necessária para o aumento do consumo no setor privado. Além disso, o reequilíbrio das finanças públicas permitirá que o Estado brasileiro possa aumentar seus investimentos.

Dada a importância da questão fiscal para a retomada do crescimento, por que é tão difícil sua solução? As discordâncias são de duas naturezas. A primeira está no campo da discussão econômica; e a segunda está relacionada aos aspectos políticos desta discussão. Quanto à primeira, uma maioria expressiva dos analistas econômicos, da qual faço parte, recomenda a necessidade do ajuste fiscal, embora alguns divirjam quanto à velocidade necessária do ajuste. Outro grupo sugere o aumento do gasto público e do crédito para incentivar o crescimento, aumentando assim a arrecadação e reequilibrando as finanças públicas. Particularmente, acredito que,

dadas as restrições estruturais da economia brasileira discutidas anteriormente, o aumento do gasto público não teria efeito positivo duradouro sobre o crescimento; pelo contrário, deterioraria ainda mais a trajetória de endividamento, aumentaria o prêmio de risco dos títulos brasileiros, desvalorizaria o real e forçaria o Banco Central a aumentar os juros, levando a uma espiral destrutiva.

Quanto ao segundo elemento, a natureza política dessa discussão está centrada no Estado brasileiro. Dada a baixa capacidade de crescimento sustentável da economia, os recursos arrecadados serão incompatíveis com o nível de gastos já contratados e com a demanda crescente de setores da sociedade por mais gastos. Em democracias, essa questão é decidida por meio do voto. O funcionamento do sistema político deve refletir as preferências da sociedade na alocação desses recursos. Ocorre que o sistema político brasileiro vive um impasse e está sendo incapaz de oferecer uma solução adequada a esse problema. De uma lado, setores penalizados com a alta carga tributária e a baixa qualidade dos serviços públicos não aceitam aumentos adicionais de tributação, como a CPMF. Por outro lado, setores aquinhoados com o gasto público recusam-se a aceitar perdas. Esse conflito é recorrente na história econômica brasileira. Nos anos 80, ele era essencialmente resolvido via emissão monetária para financiar o Governo, ou seja, via aumento da inflação. Após a estabilização com o Plano Real, este conflito foi resolvido via aumento da tributação e aumento do endividamento público. O período favorável de crescimento da economia até 2010 resultou em expansão acelerada de gastos e maior rigidez dos mesmos. A rigidez obtida via vinculação de recursos é uma forma de destiná-los preferencialmente a setores cativos. Com a queda da arrecadação e a rigidez do gasto, o Governo não conseguirá obter superávits recorrentes sem aumento da carga tributária ou uma redução expressiva da despesa que envolva uma discussão profunda sobre sua natureza e a estrutura.

O aspecto positivo desse impasse é forçar a sociedade brasileira a fazer escolhas difíceis, algo adormecido durante o período de bonança. A resolução dessa disputa será determinante para a trajetória da economia brasileira em 2016. Uma solução majoritariamente baseada no aumento da carga tributária deprimirá ainda mais a economia e, com a retração do consumo e do investimento do setor privado, estará apenas contratando a próxima crise fiscal. Por sua vez, uma solução que limite o crescimento estrutural do gasto público, que torne a alocação da despesa mais flexível e que avalie a eficácia de órgãos e programas governamentais será altamente positiva, uma vez que enfrentará simultaneamente os problemas de naturezas estrutural e cíclica, estimulando a volta do consumo e do investimento do setor privado e permitindo a queda dos juros e da inflação. ■

1 BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. A. *Desaceleração Veio da Nova Matriz, não do Contrato Social.* In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (orgs.). Ensaios IBRE de Economia Brasileira - II. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, v. 1, p. 1-29.

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

2016 SERÁ O ANO INTERNACIONAL DAS LEGUMINOSAS

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 2016 será o Ano Internacional das Leguminosas, com o tema "Sementes Nutritivas para um Futuro Sustentável". Plantas populares fazem parte desta categoria, como: ervilha, soja, lentilha, fava, grão-de-bico, feijão, entre outras.

Para o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, "esses vegetais integram a dieta tradicional e são produzidos na América Latina, na África e na Ásia". Ricas em micronutrientes, aminoácidos e vitamina B, elas representam uma fonte alternativa de proteína, mais barata do que aquela que provém das carnes.

MAIS ETANOL NO MERCADO DOS EUA

A meta de obrigatoriedade do Padrão de Combustíveis Renováveis (RFS, na sigla em inglês), da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês), desagradou os grupos de biocombustíveis, pois os níveis para consumo definidos ficaram abaixo das metas do Congresso dos EUA, e as empresas de petróleo não podem misturar mais renováveis à gasolina. Já o etanol de cana-de-açúcar, considerado avançado, ganhou espaço no mercado.

ESTADOS UNIDOS: PROPOSTA PARA MANDATO NO USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS PARA 2016
BILHÕES DE LITROS

BIOCOMBUSTÍVEL	INICIAL (MAIO)	FINAL (DEZEMBRO)
Convencional	52,99	54,88
Celulósicos	0,78	0,87
Biodiesel	6,82	5,60
Outros avançados	5,26	7,19
Total	**65,85**	**68,54**

Fonte: EPA

PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE ÀS MOSCAS-DAS-FRUTAS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS), lançou o Programa Nacional de Combate às Moscas-das-frutas (PNMF). A previsão é investir R$ 128 milhões até 2018, em pelo menos dez estados brasileiros, para reduzir as pragas de importância coletiva e aumentar a viabilidade dos investimentos na produção de frutas.

A iniciativa melhorará o *status* fitossanitário do Brasil e abrirá mercados mais exigentes. A fruticultura brasileira é a terceira maior do mundo em produção.



CHINA REDUZ APOIO AO MILHO

Os chineses passaram de exportadores a importadores de milho na última década. No mercado interno, o preço do cereal é um dos mais caros do mundo, em torno de US$ 280 a tonelada.

Com quase 40 milhões de toneladas, os seus estoques do cereal correspondem a quase 40% do nível mundial. Diante desse excedente, o governo nacional planeja reduzir os preços locais do produto pelo segundo ano consecutivo, a fim de aquecer o consumo e reduzir os estoques.

ESTAGNAÇÃO DO ARROZ NO MUNDO

Básico para a dieta de quase dois terços da população global, o mercado de arroz é administrado por políticas de segurança alimentar de muitos governos, que tentam garantir que o produto não pese na cesta básica do consumidor. Mas, a produção não acompanha o consumo: na Ásia, as chuvas insuficientes e tardias reduzem a colheita na Indonésia, no Camboja, na Índia, na Tailândia e no Vietnã; já na África, no Egito e em Madagascar, além das chuvas irregulares, as altas temperaturas prejudicam a produção.

MUNDO: BALANÇO DE OFERTA, DEMANDA E ESTOQUE DE ARROZ
MILHÕES DE TONELADAS

SAFRA	PRODUÇÃO	CONSUMO	ESTOQUE
1999/00	409	398	143
2009/10	440	435	94
2015/16	475	485	90

Fonte: USDA

ÁREAS RURAIS EM FAIXA DE FRONTEIRA

Em 23 de outubro, passou a vigorar a lei sobre o domínio particular em áreas rurais contidas na faixa de fronteira do Brasil. A fronteira seca nacional abrange onze estados da Federação, mais de 500 municípios e mais de trinta cidades gêmeas (adensamento populacional cortado pela linha de fronteira). Nessa área, há atividade agrária exercida por proprietários familiares, arrendatários, entre outros.

Foi concedido o prazo de quatro anos a partir da publicação da lei para que as áreas sejam ratificadas. O delineamento das terras devolutas ajudará o Brasil a ter o mosaico das propriedades rurais em seu território.



CARNE PARA O JAPÃO

O Japão oficializou a liberação da importação de produtos cárneos termoprocessados brasileiros no mês passado. O embargo foi decretado em 2012, resultante da notificação de um caso da doença da vaca louca. O Brasil exportou, naquele ano, 110,4 mil toneladas de carnes bovina e suína industrializadas para todo o mundo, no valor de US$ 651,2 milhões. Somente em 2014, os japoneses importaram 250 mil toneladas de produtos termoprocessados de carnes bovina, suína, ovina e caprina, no valor de US$ 1,159 bilhão.

INFLAÇÃO BRASILEIRA

ALTA, RESISTENTE E CORROSIVA

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

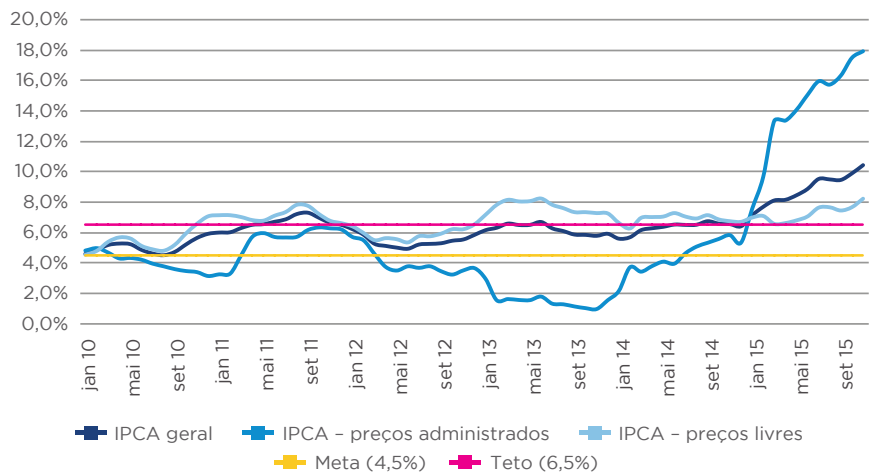
ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

AO LONGO de 2015, os preços na economia brasileira subiram, em média, mais de 10%. Esta foi a maior inflação registrada desde 2002, quando o IPCA (índice que mede a inflação oficial brasileira) alcançou uma alta de 12,5%. Embora a inflação deva ser menor agora em 2016, há claros sinais de que esta redução será lenta e que, provavelmente, ainda ficará acima do teto da meta (6,5%). Uma combinação de três fatores tem tornado a inflação atual alta e resistente: uma crescente inércia inflacionária, uma parte do choque cambial de 2015 que ainda não chegou completamente aos preços dos bens finais e um ajuste residual em alguns preços administrados, notadamente energia elétrica e gasolina.

A INFLAÇÃO DE 2015 NÃO FOI RESULTADO APENAS DE UM CHOQUE DE CUSTOS

Diversos analistas argumentam que a inflação de 2015 foi alta devido ao realinhamento dos

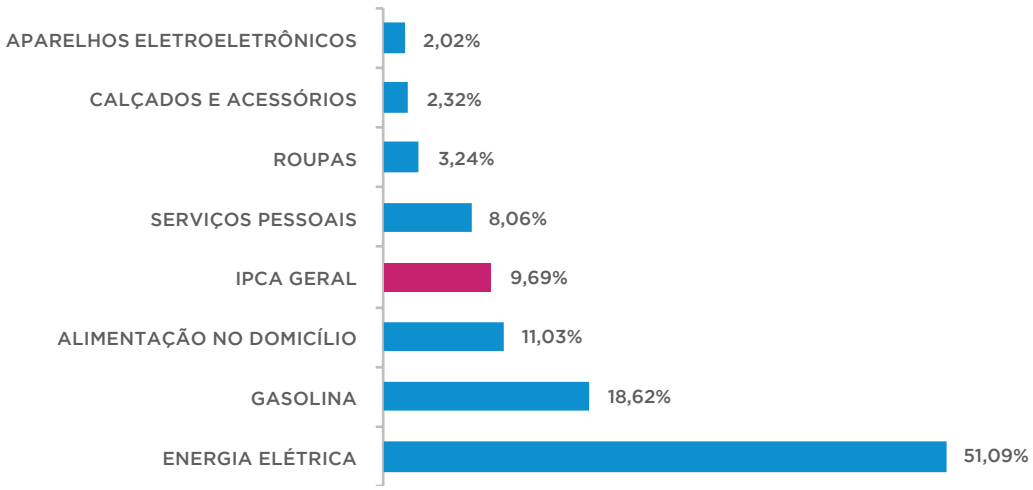
INFLAÇÃO BRASILEIRA TOTAL *VS.* PREÇOS ADMINISTRADOS *VS.* PREÇOS LIVRES
IPCA – MÉDIA MÓVEL EM DOZE MESES



Fonte: Banco Central

INFLAÇÃO ACUMULADA ATÉ NOVEMBRO DE 2015 DE ALGUNS ITENS SELECIONADOS

IPCA



Fonte: IBGE

preços administrados. De fato, os reajustes da energia elétrica, do óleo diesel, da gasolina, do gás de cozinha, dos pedágios e de algumas tarifas públicas foram fortes no ano passado. De acordo com os números do Banco Central, estes preços subiram quase que 20%, em média.

Entretanto, embora significativa, a elevação desses preços explica apenas parte da inflação de 2015. A outra parte é resultado da persistente inflação dos preços livres (isto é, dos demais preços que compõem o IPCA excluindo-se os preços administrados). Em 2015, os preços livres aumentaram mais de 8%. Embora uma parte deste aumento tenha sido resultado do choque de custos causado pelo realinhamento dos preços administrados, outra parte desse processo reflete apenas um comportamento que já vem acontecendo há muito tempo: pelo menos desde 2013, os preços livres têm crescido acima do teto da meta!

Na verdade, foi justamente dessa elevada inflação dos preços livres que surgiu o desalinhamento dos preços administrados que a sociedade brasileira teve que corrigir no ano passado. Pelo menos desde de 2013, para segurar a inflação, o Governo preferiu segurar "na marra" os preços administrados a elevar a taxa de juros. Em outras palavras, a inflação brasileira tinha sido mantida abaixo do teto da meta artificialmente há, pelo menos, dois anos. Em 2015, finalmente, a sociedade brasileira iniciou o processo de volta à realidade. Essa política de segurar "na marra" os preços administrados gerou diversas distorções na economia nacional, tais quais a deterioração do caixa da Petrobras, a forte perda de capital do setor sucroalcooleiro e o prejuízo estrutural no sistema elétrico. Infelizmente, esse processo de correção ainda não terminou e deve prosseguir ao longo deste ano. É por isso que a inflação de 2016, embora deva ser menor do que a do ano passado, ainda estará longe do centro da meta (4,5%) e, muito provavelmente, acima do seu teto (6,5%).

NEM TODO CHOQUE DE CUSTOS DE 2015 JÁ CHEGOU AOS PREÇOS FINAIS

Além do realinhamento dos preços administrados, o ano de 2015 também testemunhou uma forte desvalorização da taxa de câmbio (mais de 50%). Devido à crise, nem todos os fabricantes puderam repassar uma fração relevante desse

choque para os preços dos seus produtos finais. Esse ponto fica claro ao desagregar o IPCA por tipo de produto. Enquanto bens com demanda mais inelástica, como alimentos e alguns serviços pessoais mais básicos, puderam repassar quase que integralmente o aumento de custos (energia elétrica, câmbio, salários etc.), os preços de alguns produtos industrializados (por exemplo, aparelhos eletroeletrônicos e vestuário) praticamente não aumentaram.

Por trás dessa dificuldade em repassar o choque de custos, há a forte crise na indústria brasileira. Como as vendas no mercado interno estão fracas, os estoques de produtos industriais têm aumentado persistentemente. Logo, nesses setores, o ajuste dos custos está sendo feito na contração da margem desses produtores. De qualquer forma, nem todo o realinhamento dos preços administrados ou choque cambial já chegou ao IPCA.

SE A ECONOMIA JÁ ESTÁ EM RECESSÃO, POR QUE A INFLAÇÃO NÃO CEDE?

Caso a inflação de 2015 fosse essencialmente um choque de custos, ela cairia rapidamente agora em 2016. Infelizmente, esse processo não será observado, pois a inflação já se espalhou pela economia. Há um conjunto muito grande de agentes que estão remarcando seus preços, hoje, de acordo com a inflação passada. Claramente, estes preços não estão subindo porque a demanda está aquecida, mas sim porque cada agente está tentando repor as perdas que teve com a inflação passada. Essa dinâmica implica um esforço adicional por parte do Banco Central para trazer a inflação para patamares mais civilizados. Todavia, como o espaço para aumentar a taxa de juros está bastante limitado pelo desequilíbrio das contas públicas (cada elevação da taxa Selic implica um substancial gasto adicional com o pagamento de juros sobre a dívida pública), o Banco Central não conseguirá colocar a inflação deste ano na meta e, muito provavelmente, sequer abaixo do seu teto. ■

OS PREÇOS QUE APERTARAM OS CONSUMIDORES FORAM OS MESMOS QUE DERAM FÔLEGO AOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

Do lado econômico, um dos fatos mais marcantes de 2015 foi a forte desvalorização do câmbio; algo próximo de 50%. Essa forte alta foi positiva ou negativa para o agronegócio brasileiro? Infelizmente, não há uma única resposta que seja válida para todas as cadeias agroindustriais. De qualquer forma, um ponto que merece bastante atenção dos produtores é que o dólar, talvez, tenha sido o principal fator a sustentar – mesmo que parcialmente – as margens de retorno de diversas cadeias na safra 2014/15. Na ocasião, os produtores iniciaram o ciclo produtivo com um câmbio bem mais baixo do que aquele que encontraram ao colocar seus produtos no mercado ao final da safra. Esse movimento de alta, que, por um lado, ao aumentar o IPCA, corroeu o poder de compras das famílias brasileiras, por outro lado, permitiu que os agentes do nosso setor pudessem preservar ao menos parte da sua margem, mesmo em um ambiente de contração das cotações das *commodities* agrícolas nos mercados internacionais.

Embora o dólar tenha contribuído para segurar a margem do setor na última safra, é arriscado para os produtores contarem com uma ajuda semelhante para a safra atual. Hoje, ninguém sabe para onde o dólar vai. Por exemplo, de acordo com as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, o mercado sugere que o dólar deve estar, no final de julho próximo, em algum ponto entre R$ 3,35 e R$ 4,50; ou seja, ninguém sabe para onde o dólar vai! Nessas horas, prudência é fundamental.

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA

QUEM É VIÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PAMPA?

CLANDIO F. RUVIARO
Docente de Pós-graduação em Agronegócios na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul

JAQUELINE S. DA COSTA
Docente de Pós-graduação em Agronegócios na UFGD

THIAGO J. FLORINDO
Discente de Pós-graduação em Agronegócios na UFGD

AS EMISSÕES de gases do efeito estufa (GEE) geradas pela pecuária são de 7,1 gigatoneladas de CO_2 equivalentes por ano, o que corresponde a 14,5% de todo os GEE gerados pelo homem, segundo a FAO. Do montante total da pecuária, 41% das emissões de GEE são de responsabilidade da pecuária de corte. Por esta razão, o setor produtivo de carne bovina brasileira tem sofrido pressões de organismos nacionais e internacionais preocupados com o aquecimento global. Por meio de estimativas, argumentam que a produção de carne bovina é responsável por mais da metade das emissões de GEE do setor agrícola nacional.

Assim, a fim de mensurar os potenciais impactos ambientais da pecuária de corte, buscou-se analisar os sete principais sistemas de produção (SP) utilizados no estado do Rio Grande do Sul (bioma Pampa). Contudo, torna-se necessário verificar a viabilidade econômica destes sistemas, uma vez que as avaliações econômicas e ambientais são indissociáveis na atual agricultura. As informações são provenientes de 420 observações coletadas de animais da raça Angus durante seis anos na região ocidental do Rio Grande do Sul – fronteira Brasil-Uruguai.

O estudo mostrou que:

- A pouca necessidade de insumos para produção do SP I (campo nativo) resultou nos menores custos de produção por animal;
- Os sistemas SP VI (campo nativo + suplemento proteico) e VII (campo nativo + suplemento proteico-energético) obtiveram custos por hectare inferiores, devido ao menor tempo necessário de pastejo para abater um animal com 430 kg;
- A maior produtividade por hectare dos sistemas SP II (campo nativo melhorado + azevém), SP III (campo nativo + azevém), SP IV (campo nativo melhorado + sorgo) e SP V (azevém + sorgo), oriunda de uma alimentação de maior qualidade e/ou quantidade, refletiu em custos superiores para a produção.

Por meio da análise da rentabilidade dos sistemas avaliados, o SP VII, baseado no pastejo dos animais em campos nativos e na suplementação energética, obteve os melhores resultados. A suplementação energética dos animais possibilitou um maior peso ao desmame dos bezerros, manutenção do peso durante a fase de recria I (período seco/inverno) e ótimo ganho de peso vivo durante a fase de recria II (período chuvoso/verão). Contudo, a intensificação da produção no SP II, por meio da adubação dos campos nativos e da consorciação com azevém, necessitou de maiores investimentos para produção, mas obteve uma produção aproximadamente 63% superior à do SP VII.

A maior produtividade por hectare dos sistemas SP II, III, IV e V refletiu-se em valores superiores de

receita; no entanto, o maior custo com insumos durante fases de produção diminuiu sua lucratividade.

Os sistemas SP VI e VII destacam-se com os melhores índices de lucratividade por animal e por hectare. O índice de lucratividade anualizada por hectare do SP VI foi de 8,32%, enquanto o do SP VII foi de 9,43%. Foram os únicos sistemas a utilizarem suplementação da alimentação.

Em relação às emissões de GEE dos animais:

- O SP V (azevém + sorgo) obteve menores emissões para produzir um animal pronto para o abate com 430 kg: 20 kg de CO_2 eq. por quilo de peso vivo.

- O abate mais precoce dos animais aos dezoito meses nos SP II e SP V proporcionou menores emissões de GEE por animal, devido a menor necessidade de uso do solo, emissão de dejetos e fermentação entérica.

- O SP I, baseado apenas na utilização do campo nativo para alimentação, foi o sistema de maior emissão de GEE. Esta maior emissão é reflexo do manejo do campo nativo inadequado, ocasionando uma oferta de forragem de baixa qualidade e baixa carga animal por hectare e a necessidade de mais dias de pastejo para o animal atingir o seu peso de abate de 430 kg.

- Ao comparar as emissões do SP I (pastejo da categoria campo nativo) com as do SP VII (pastejo da categoria campo nativo e com suplementação proteico-energética), conclui-se que a suplementação aos animais permitiu reduções de aproximadamente 50% das emissões, além de uma melhor rentabilidade.

A definição de limites de emissões de GEE por unidade produzida pode proporcionar redução nas taxas de emissões por animal, desde que existam alternativas viáveis econômica e ambientalmente. Medidas como uma tributação superior aos animais com abates superiores a 24 meses poderiam, a curto prazo, influenciar a migração dos produtores para sistemas mais intensivos de produção, por causa da rentabilidade financeira, reduzindo as emissões de GEE.

Ao se levar em conta os dados analisados e considerando-se que parte dos produtores possuem baixa capacidade de aporte de capital financeiro, a suplementação proteico-energética (SP VII) apresentou-se como a alternativa mais viável, pois exige poucos investimentos para elevar a rentabilidade da atividade e, concomitantemente,



ISTOCKPHOTO

reduzir as emissões de GEE da produção de carne bovina. Por outro lado, o SP II apresentou-se como uma alternativa pertinente para aqueles produtores que detêm suficiente conhecimento sobre o correto manejo de forrageiras e que dispõem de capacidade de aporte de capital financeiro para investimento na atividade. Embora este sistema tenha custos de produção mais elevados, ao mesmo tempo, proporciona uma rentabilidade superior por hectare.

As análises realizadas evidenciam que, em determinadas condições alimentares, é possível otimizar a produção de carne de baixa emissão de CO_2 eq. com um atrativo retorno econômico. Esforços conjuntos dos setores produtivos, dos institutos de pesquisa e das agências de fomento são imprescindíveis para que se possam identificar e implementar nas diversas regiões do País sistemas de produção de carne ambiental e economicamente otimizados. ■

SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANALISADOS NA REGIÃO DO PAMPA DO RIO GRANDE DO SUL

Sistemas de produção	Descrição	Unidade animal média por hectare*	Intervalo entre nascimento e abate (dias)					
			CR	RE I	RE II	TN I	TN II	Total
SP I	Campo nativo	0,70	180	150	180	150	180	840
SP II	Campo nativo melhorado + azevém	1,53	180	180	150	–	–	510
SP III	Campo nativo + azevém	1,11	180	150	180	159	–	669
SP IV	Campo nativo melhorado + sorgo	1,53	180	180	125	–	–	485
SP V	Azevém + sorgo	1,61	180	180	142	–	–	502
SP VI	Campo nativo + suplemento proteico	0,73	180	150	180	180	–	660
SP VII	Campo nativo + suplemento proteico-energético	0,94	180	150	180	–	–	510

CR = cria; RE I = recria I; RE II = recria II; TN I = terminação I; TN II = terminação II
* Unidade animal: animal de 450 quilos

COMPARAÇÃO DA RENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Sistema de produção	Custo total de produção (R$)		Receita total (R$)		Análise de investimentos				Emissões
					VPL[1] (R$)		ILA[2] (%)		
	Por animal	Por hectare	Por animal	Por hectare	Por animal	Por hectare	Por animal	Por hectare	CO_2 eq. x quilos de peso vivo
I	1.082,33	874,37	1.935,00	3.276,40	659,01	2.000,97	2,97	6,78	42,6
II	1.534,02	2.296,91	2.232,73	5.080,09	517,67	2.501,29	3,18	4,01	20,2
III	1.421,79	1.771,01	2.168,01	4.250,08	596,27	2.042,27	2,75	4,08	29,6
IV	1.546,21	2.318,93	2.195,36	4.967,67	514,71	2.501,65	3,39	4,10	23,4
V	1.707,51	2.760,35	2.234,56	5.338,80	351,48	2.219,97	1,99	1,75	20,0
VI	1.320,04	797,12	2.139,20	3.341,48	679,58	2.077,95	3,38	8,32	33,3
VII	1.289,44	781,06	2.217,88	3.452,96	758,54	2.186,79	5,53	9,43	23,4

1 Valor presente líquido; 2 Índice de lucratividade anualizada

SABE O QUE ALGUMAS DAS MELHORES HISTÓRIAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO TÊM EM COMUM? A GIG AJUDOU A ESCREVÊ-LAS.

A GIG não é uma agência de publicidade. Não é uma assessoria de imprensa. Não é uma consultoria de negócios. Não é um escritório de design. É uma reunião de todas essas inteligências. Há anos pesquisamos, estudamos e trabalhamos pelo setor que é o motor do desenvolvimento brasileiro – um dos líderes mundiais na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

Com certeza, a GIG pode ajudar você a escrever uma história tão boa quanto as da Andef, Assocon, CitrusBR, Abiec, Única, BRF, Monsanto, AgroTools, Agroconsult e Grupo Roncador.

wearegig.com
contato@wearegig.com
+55 11 2308.8854



GIG
GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

LARANJA

PRODUÇÃO PELAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS

ANTONIO AMBROSIO AMARO
Pesquisador científico aposentado do Instituto de Economia Agrícola (IEA)

ALÉM DA atual retração do mercado de suco concentrado de laranja, a citricultura brasileira enfrenta uma ameaça importante: aumento da produção própria de laranja pelas indústrias, a chamada "verticalização da produção".

Cabe, de pronto, mencionar que não há relação de complementaridade técnica entre as duas atividades que justifique essa integração. Assim, essa decisão acaba por ganhar forte elemento estratégico no que tange à segurança de suprimento e ao poder de barganha na compra da fruta de fornecedores. Logo, a estratégia adotada considera as vantagens da integração diante dos custos desse processo.

No lado dos custos, o receio por doenças e pragas que atacam os laranjais faz com que as empresas procurem não imobilizar demais recursos financeiros na compra de terras e na instalação de novos pomares que exigem elevados investimentos e cujos resultados somente serão mostrados depois de cinco ou seis anos. Conquanto se trate de fato preocupante, o preço pago pela fruta certamente não tem sido um dos motivos dessa estratégia adotada pelas indústrias, pois, nos últimos anos, os preços pagos aos citricultores propiciavam boa margem de lucro para elas.

É preciso, também, admitir que a indústria produzir toda matéria-prima não é uma opção sustentável a longo prazo, visto que a produção agrícola não é seu negócio principal. Suas prioridades são o processamento e a constante procura por aumento do mercado de suco.

O entendimento dessa estratégia de integração por parte das indústrias processadoras deve ser conduzido sob duas considerações preliminares:

• distinguindo-se a implantação de pomar feita pela empresa industrial daquela feita por seus acionistas principais e diretores, e de forma independente; e

• observando se os plantios foram realizados pela empresa antes ou depois de ter sido instalada a unidade industrial.

São condições muito inter-relacionadas e, por vezes, difíceis de serem caracterizadas com maior precisão. Quando a fruta (matéria-prima) provém de pomares pertencentes a diretores ou altos funcionários, esta produção não deve ser considerada como fruta própria da indústria, mas tão somente que se trata de fornecedores cativos da empresa; na gíria citrícola, seria a chamada "fruta prisioneira", que certamente não será vendida a concorrentes.

Esse volume aumenta por empresa quando se consideram, também, os pomares pertencentes a parentes de diretores e citricultores privilegiados. Assim, pode-se admitir que existe, no setor brasileiro, uma "cristalização" quanto ao suprimento de matéria-prima, reduzindo a concorrência na compra e na venda de laranja ao início da safra.

Embora estejam em funcionamento no estado de São Paulo perto de 400 *packing-houses* ("barracões") pertencentes a atacadistas de fruta fresca, a competição deles é reduzida na compra de pomares, sendo até comum que mantenham contratos com as fábricas para fornecimento da laranja de menor qualidade (aparência), que será selecionada durante o beneficiamento e a embalagem, em particular no pico de colheita (agosto a outubro) e ao início do ano seguinte.

Quanto ao aspecto de o plantio de pomares já estar implantado pela empresa, sua relevância é maior no que tange ao porcentual que representava quando

da construção da fábrica, visto que, em vários casos, uma grande produção de laranja foi um dos motivos para esta construção. Assim, novos plantios poderão continuar ou não a ocorrer em função da política de suprimento de fruta a ser seguida pela indústria, ou seja, qual opção será mais lucrativa e segura: compensa plantar novos pomares ou continuar abastecendo-se dos fornecedores já estabelecidos? Em outras palavras, vale a pena arrendar pomares de terceiros ou apenas continuar comprando de produtores? Essa decisão deve considerar não apenas o poder de barganha da empresa, como também os custos de transação envolvidos nesse processo (elaboração de contratos, escolhas de parceiros etc.).

Alguns desses pomares até foram plantados com incentivos fiscais proporcionados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Outros plantios foram feitos por produtores independentes, estimulados, por meio de contratos específicos, a serem fornecedores a partir do quarto ano, para pagarem com a laranja a ser colhida o valor das mudas e da orientação técnica recebidas gratuitamente durante a implantação do pomar.

Sem qualquer embargo ao meritório propósito de conferir melhores condições de barganha aos citricultores na venda de sua produção para as indústrias, algumas medidas legislativas sugeridas na Câmara Federal (Projetos de Lei nº 3.541/2012 e nº 4.693/12) parecem não reunir, ainda, condições de serem convertidas em lei, pois seria um engano buscar o desenvolvimento da citricultura sem levar em conta seus efeitos mais amplos e suas consequências, inclusive em outros importantes setores do agronegócio brasileiro.



ISTOCKPHOTO

Nesse âmbito, inúmeros estudos e realidades em diferentes países e no Brasil têm deixado claro que, com medidas emergenciais, os efeitos que, a princípio, parecem positivos logo resultam em heranças amargas. De outra parte, há um equívoco em imaginar que a economia de livre mercado (um modelo quase impossível de ser implementado no mundo real) possa fazer tudo sozinha, havendo, por vezes, necessidade de ações de governo por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com a devida celeridade.

Ponto importante a destacar é que a implantação do sistema agroindustrial de sucos cítricos no Brasil seguiu diretrizes bastante diferentes da maioria das indústrias alimentícias no País, pois, desde o começo, foram exigidas modernas instalações, de modo a obter produtos da mais alta qualidade a custos inferiores aos dos competidores mundiais.



Cabe ressaltar, também, que seu extraordinário desenvolvimento aconteceu sem qualquer intervenção governamental, num mercado de economia livre, ao contrário do que ocorreu com a cafeicultura (IBC) e a cultura de cana-de-açúcar (IAA) e, tampouco, sem administração de preços da laranja.

Segundo os citricultores, a indesejável prática exercida pelas indústrias de depreciar os preços pagos pela laranja entregue na porta das fábricas estaria sendo reforçada pela verticalização de suas atividades por meio do plantio de pomares próprios e/ou arrendados, fato indiretamente estimulado pelo setor público ao destinar recursos de financiamentos.

Entretanto, salvo melhor juízo, as medidas, como tem sido sugerido, de condicionar as indústrias processadoras de laranja à aquisição junto aos citricultores em um porcentual mínimo (40% do total a ser processado), para obter financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), configuram mais um retalho a ser acrescentado à complexa política do agronegócio e podem trazer até mais desarmonia ao setor.

Ademais, tal modelo poderá tornar-se inviável na prática, em especial para pequenas e médias indústrias, que não terão condições para se adaptarem a uma teia de regras, o mesmo ocorrendo na administração das propriedades rurais.

Por fim, resta uma pergunta: não seria mais factível as autoridades monetárias recomendarem ao sistema bancário e imporem aos bancos públicos que, nas solicitações de recursos financeiros para implantação de pomares de laranja pelas indústrias já existentes, sejam obedecidas condições claras e transparentes, com o objetivo de se evitar a verticalização na produção da matéria-prima agrícola?

Em resumo, para consolidar os avanços conquistados na indústria de sucos cítricos e nos demais setores agroindustriais, será preciso implantar políticas favoráveis aos investidores privados, e não estimular o autoritarismo estatal, com falta de segurança jurídica no campo, na indústria e no comércio. ■

TERRAS

ESFRIARAM OS NEGÓCIOS NO PAÍS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

A ECONOMIA e a política enfraquecidas e as incertezas com relação aos preços agrícolas diminuíram os negócios com terras no País em 2015. Para 2016, a expectativa é de que os preços de terras se mantenham firmes, mas não são esperadas valorizações, em função do quadro econômico e da maior cautela do investidor.

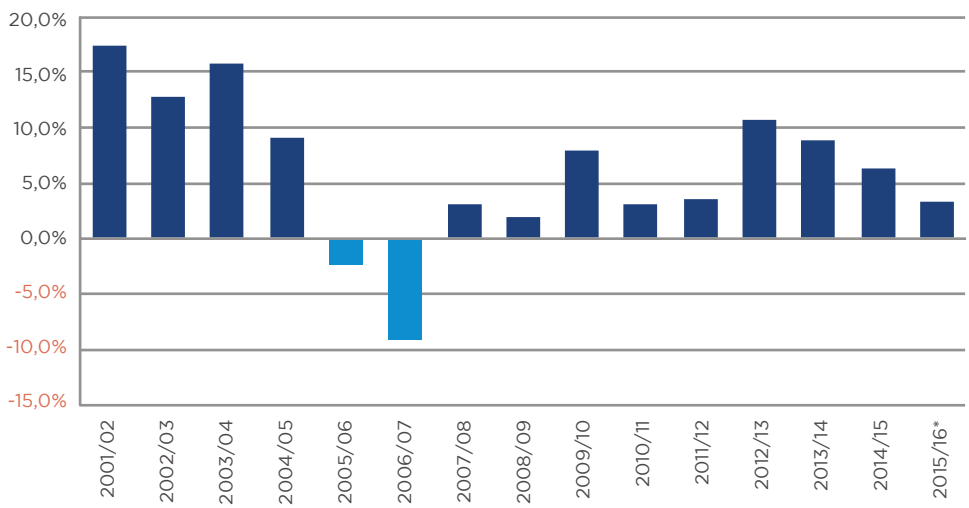
Ao longo de 2015, os compradores não se mostraram dispostos a pagar os preços vigentes, ainda elevados em função da valorização nos últimos anos. As consultas restringiram-se praticamente a áreas com alto potencial produtivo.

A falta de crédito, os juros maiores e o aumento dos custos de produção também repercutiram negativamente na expansão das lavouras em 2015/16, inclusive nas regiões de fronteiras agrícolas, como o MAPITOBA, que abrange os estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e da Bahia. Como exemplo, na safra atual, a área plantada de soja, principal cultura no Brasil, teve o menor crescimento dos últimos quatro anos.

Outro fator que afastou os investidores, em particular na região Nordeste, foi o clima adverso. A estiagem das últimas safras afetou os rendimentos agrícolas, inclusive no oeste da Bahia, maior produtor de grãos da região.

Mesmo diante do clima desfavorável, há procura por propriedades com alto potencial produtivo, com tendência de valorização em médio e longo prazos. Nesses casos, o que tem limitado a alta de preços no MAPITOBA é justamente a indefinição política e econômica do País. No extremo oeste da Bahia, o hectare de terra com agricultura custa,

EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE SOJA NO BRASIL



* Estimativa
Fonte: Conab
Elaboração: Scot Consultoria

em média, R$ 9,1 mil, chegando a até R$ 21,0 mil, dependendo da infraestrutura e da localização.

Fatores como a proximidade da malha viária, o grau de tecnificação das propriedades, a produtividade, o solo, as culturas predominantes, as agroindústrias, os portos, o relevo, dentre outros, determinam o preço da terra.

Nas áreas de fronteiras agrícolas, tem sido comum, nos últimos anos, a aquisição de imóveis rurais por pessoa jurídica. Porém, a queda da atratividade de investimento do País afastou este perfil de investidor, o que prejudicou o mercado de terras na região. Com relação aos preços, apesar da baixa movimentação e dos poucos negócios concretizados, o cenário foi de manutenção das cotações de terras agrícolas na maior parte do País.

Outro indicador importante de que os negócios com terras esfriaram são os arrendamentos. Ao contrário do preço para compra e venda da terra, que não está necessariamente relacionado à conjuntura, o arrendamento absorve os reveses da economia e do mercado de *commodities*. Os contratos, normalmente, estão atrelados aos preços dos produtos agrícolas.

Com a desvalorização dos grãos – vale lembrar que apenas no segundo semestre os preços voltaram a subir em função do câmbio –, os contratos de arrendamento passaram a ser renegociados, com valores menores. No Mato Grosso, na região de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, os negócios com arrendamentos para grãos, que giravam em

PREÇOS DE TERRAS COM AGRICULTURA NO MAPITOBA, TENDO COMO REFERÊNCIA DEZEMBRO DE 2015

R$/HA

MARANHÃO	Mínimo	Médio	Máximo
Centro maranhense (Grajaú)	2.200,00	3.100,00	4.000,00
Oeste maranhense (Imperatriz)	4.000,00	5.200,00	6.500,00
Sul maranhense (Balsas)	3.500,00	8.400,00	18.000,00
Leste maranhense	3.000,00	4.000,00	4.500,00
PIAUÍ	Mínimo	Médio	Máximo
Sul do Piauí (Bom Jesus)	4.000,00	6.100,00	8.500,00
Centro (Floriano)	3.500,00	4.400,00	5.000,00
Nordeste (Picos)	3.000,00	4.100,00	5.000,00
Oeste (Uruçuí)	4.000,00	5.500,00	8.000,00
Norte do Piauí (Baixo Parnaíba)	3.000,00	3.900,00	5.000,00
Centro-norte (Médio Parnaíba)	3.000,00	3.900,00	5.000,00
TOCANTINS	Mínimo	Médio	Máximo
Araguaína	3.500,00	6.500,00	12.000,00
Bico do Papagaio	2.500,00	3.700,00	5.400,00
Dianópolis	2.300,00	4.200,00	6.000,00
Gurupi	4.500,00	6.600,00	9.000,00
Jalapão	1.800,00	2.200,00	2.800,00
Miracema do Tocantins	2.500,00	4.700,00	8.000,00
Porto Nacional	4.000,00	7.600,00	12.000,00
Rio Formoso	4.000,00	7.300,00	10.300,00
BAHIA	Mínimo	Médio	Máximo
Extremo oeste baiano	3.000,00	9.100,00	21.000,00
Centro-norte baiano	4.200,00	7.200,00	15.000,00
Sul baiano	2.000,00	4.800,00	8.000,00
Centro-sul baiano	2.300,00	3.900,00	7.000,00
Vale do São Francisco da Bahia	1.400,00	2.200,00	4.800,00
Nordeste baiano	2.000,00	3.700,00	6.400,00

Fonte: Scot Consultoria

torno de 12 a 13 sacas de soja por hectare em 2013 e 2014, caíram para 9 ou 10 sacas por hectare em 2015.

Para 2016, o dólar valorizado, que tem impactado nos preços das principais *commodities* agrícolas, deve contribuir para dar sustentação, também, aos preços dos contratos de arrendamento. A soja valorizada no mercado brasileiro pode ser um fator de aumento da procura de terras para esta finalidade na temporada seguinte (2016/17); por outro lado, os custos de produção devem seguir em alta, atuando como fator limitante de expansão.

Com o crédito agrícola caro e escasso, ficou difícil produzir. Entretanto, em tempos de crise, a terra é sempre uma importante reserva de capital. ■

PREÇOS DE TERRAS COM AGRICULTURA EM OUTRAS IMPORTANTES REGIÕES PRODUTORAS, TENDO COMO REFERÊNCIA DEZEMBRO DE 2015

R$/HA

GOIÁS	Mínimo	Médio	Máximo
Centro de Goiás (Anápolis)	10.000,00	16.200,00	24.000,00
Leste goiano (Cristalina)	6.000,00	15.900,00	25.000,00
Noroeste goiano (São Miguel do Araguaia)	7.000,00	10.600,00	15.000,00
Norte goiano (Porangatu)	4.500,00	8.100,00	12.400,00
Sudeste goiano (Catalão)	10.000,00	23.900,00	35.000,00
Sul de Goiás (Rio Verde)	8.000,00	17.000,00	31.500,00
MATO GROSSO	Mínimo	Médio	Máximo
Centro-sul	4.000,00	10.200,00	15.000,00
Canarana	6.000,00	8.000,00	10.000,00
Central	8.400,00	18.300,00	30.000,00
Sudeste	6.000,00	14.200,00	25.000,00
Sudoeste	7.000,00	12.800,00	20.000,00
Extremo norte	6.000,00	8.100,00	12.000,00
Norte Araguaia	5.500,00	6.800,00	8.000,00
Médio Araguaia	4.000,00	7.500,00	12.000,00
MATO GROSSO DO SUL	Mínimo	Médio	Máximo
Aquidauana	1.000,00	5.600,00	10.000,00
Bodoquena	2.500,00	6.400,00	10.000,00
Chapadão do Sul	4.000,00	6.600,00	12.000,00
Campo Grande	5.000,00	8.600,00	15.000,00
Corumbá	800,00	1.700,00	4.500,00
Coxim	3.000,00	5.500,00	12.000,00
Dourados	5.000,00	9.600,00	14.700,00
Naviraí	5.000,00	8.600,00	14.500,00
Nova Andradina	5.000,00	8.200,00	14.500,00
Três Lagoas	5.000,00	7.400,00	12.000,00
PARANÁ	Mínimo	Médio	Máximo
Centro-ocidental (Campo Mourão)	7.000,00	12.800,00	19.800,00
Centro-oriental (Ponta Grossa)	7.200,00	11.900,00	21.000,00
Centro-sul (Guarapuava)	6.200,00	11.100,00	23.500,00
Noroeste (Umuarama/Paranavaí)	8.300,00	17.800,00	28.900,00
Norte Central (Londrina)	8.500,00	13.400,00	22.500,00
Oeste (Cascavel)	8.500,00	15.300,00	20.700,00
Sudeste (Prudentópolis)	5.500,00	8.000,00	12.400,00
Sudoeste (Francisco Beltrão)	7.100,00	9.500,00	12.500,00

Fonte: Scot Consultoria

PROENERGIA

A EVOLUÇÃO DO PROÁLCOOL

SIZUO MATSUOKA[1] LUIS RUBIO[2]
ANDRÉ TOMAZELA[3] EDER SANTOS[4]

O SETOR sucroalcooleiro nacional está passando por uma profunda crise, considerada por muitos como a maior desde a criação do Proálcool. Para especialistas no setor, vários fatores externos à cadeia produtiva agravam esta crise, como o preço dos combustíveis e as intempéries climáticas. Porém, na base de tudo, deve-se destacar o custo de produção da matéria-prima, cuja elevação substancial nos últimos anos colocou-o em um patamar acima da remuneração obtida por produtores de cana.

O que tem sido constatado no mundo todo é que a produtividade média da cana-de-açúcar estagnou nas últimas décadas. No Brasil, houve melhoria significativa da produtividade a partir da década de 70 do último século, mas esta estagnou nos últimos dez anos, inclusive com queda relevante nas últimas duas safras. Esta queda foi, inclusive, a causadora do aprofundamento da crise.

Diante desse cenário adverso, muitos questionam se há perspectiva de romper o patamar de 85 a 90 toneladas/hectare/safra a que se chegou no estado de São Paulo nas melhores safras dos últimos dez anos. Pontualmente, sim, por algumas empresas, em condições favoráveis de solo e clima e com boa tecnologia de produção. Estas poderiam atingir índices de produtividade ainda maiores, chegando ao valor de três dígitos que os especialistas têm advogado como necessário para solidificar financeiramente uma empresa. Porém, enfatize-se que isso será pontual. Na melhor das hipóteses, a produtividade geral do setor deve estagnar-se no limiar entre dois e três dígitos, não mais do que isso. Esta afirmação tem uma explicação.

As variedades comerciais de cana-de-açúcar disponíveis no mercado são híbridos constituídos por uma predominância de genoma de *Saccharum officinarum*, que representa aproximadamente 80%. Esta linhagem confere as características de elevado armazenamento de sacarose no colmo e de baixo teor de fibra e é complementada por genoma de *S. spontaneum*, que confere a resiliência necessária para cultivo com um mínimo de estabilidade e tolerância a estresses tanto bióticos, como abióticos. Um híbrido nesta composição tem teor de fibra entre 10% e 13%, valor considerado pela indústria condição necessária para uma boa extração do caldo açucarado. Esse binômio teor de sacarose e teor de fibra foi sempre o calcanhar de aquiles para os melhoristas: biologicamente, a planta somente alcança maior potencial produtivo se priorizar a fibra, e não o açúcar.

E é aí que entra a cana-energia. Esta é uma cana que, em vez de priorizar o armazenamento de sacarose, prioriza uma planta mais fotossintetizada para fibra. Com esta inversão na dualidade sacarose-fibra, ela incorpora na nova planta o vigor de híbrido, um fenômeno genético (heterose) que confere à planta alta capacidade produtiva, muito além do que se tem na cana convencional. Sua produtividade em biomassa pode ser de duas a três vezes superior à da cana convencional, em igualdade de condições. Em resultados preliminares a partir de testes da Vignis, os melhores clones têm apresentado potencial para produzir até 30 toneladas de sacarose por hectare e 110 toneladas de bagaço na mesma área. Energeticamente, portanto, este nível de produtividade é algo que em tempo algum se imaginou possível. Sua exploração econômica exige espírito inovador,


ISTOCKPHOTO

ou seja, a quebra de um paradigma secularmente arraigado. No mais, como é cana, o seu manejo agrícola nada tem de muito especial e diferenciado, o que é um elemento facilitador para sua adoção.

A possibilidade de se fazer açúcar e etanol é uma grande vantagem competitiva da indústria sucroalcooleira nacional em relação à de outros países. Mesmo assim, o elevado custo de produção da matéria-prima está inviabilizando muitas empresas, especialmente aquelas que têm baixa produtividade agrícola. A cogeração de eletricidade com o uso do bagaço excedente e do palhiço (palmito + folhas) é uma alternativa que propicia um ganho financeiro extra. A junção da produção de etanol combustível com a de eletricidade trouxe maior visibilidade à cana-de-açúcar como uma produtora de energia, em vez de apenas o tradicional açúcar, ou seja, tem-se o valor dessa matéria-prima como alternativa energética.

Sob esse novo contexto, se a cana convencional já é uma planta invejável como produtora de biomassa e, consequentemente, de bioenergia, a cana-energia é inigualável. Economicamente, isso significa a tradicional cana-de-açúcar restringir-se a ser produtora de açúcar, retornado às origens, e a cana-energia se tornar a grande produtora de energia renovável, tanto combustível líquido, como energia elétrica. Isso se tornará ainda mais definitivo com o desenvolvimento do etanol de segunda geração (2G), quando as novas plantas industriais passarão a produzir etanol 1G a partir do caldo da cana-energia e etanol 2G a partir do seu bagaço e folhas; futuramente, essas unidades deverão transformar-se em verdadeiras biorrefinarias, produzindo uma gama muito grande de produtos de alto valor agregado.

Concluindo, a cana-energia constitui-se em uma alternativa única para o resgate definitivo do setor sucroenergético nacional, uma revolução de fato, ainda que sem alarde. Para o País, seria estabelecer um segundo Proálcool ou, mais apropriadamente, um Proenergia, um programa maior, mais abrangente e mais rentável do que o primeiro, e sem necessidade do subsídio que o programa original demandou. Para o mundo, seria uma contribuição significativa para a mitigação dos gases do efeito estufa. ■

---

1 Presidente do Conselho de Administração da Vignis S.A.

2 Diretor-presidente da Vignis S.A.

3 Diretor de Operações da Vignis S.A.

4 Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Vignis S.A.

LARANJA

A FLÓRIDA EM APUROS

IBIAPABA NETTO
Diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

Com a menor safra de sua história, aumentam as dúvidas sobre o futuro de uma das mais tradicionais citriculturas do mundo.

Mal o USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, na sigla em inglês) divulgou a aterradora estimativa de 69 milhões de caixas para a safra 2015/16 (outubro-setembro), meu telefone não parou de tocar. De consultores a jornalistas, passando por citricultores e especialistas no setor, todos chocados com a notícia que demonstrava a menor safra de todos os tempos. E a principal pergunta era: isso é bom ou ruim para a citricultura brasileira? Para tentar responder a esta questão, é preciso olhar outros dados, como demanda por suco de laranja, exportações brasileiras e de outros países para o mercado americano.

Nos últimos anos, seja qual for a fonte de informação, é impressionante a deterioração do mercado de consumo nos Estados Unidos. Segundo dados da Markestrat, consultoria que analisa anualmente o consumo de suco de laranja no mundo, o encolhimento foi de 400 mil toneladas, despencando de 1,024 milhão de toneladas, em 2004, para 680 mil toneladas, em 2014.

Em números de hoje, as 69 milhões de caixas estimadas para a Flórida seriam suficientes para uma produção de, aproximadamente, 276 mil toneladas de FCOJ equivalentes a 66°Brix, para uma demanda de cerca de 550 mil toneladas – uma diferença de 274 mil toneladas. Esse não é um número historicamente alto. Na safra 2013/14, por exemplo, foram importadas 295,3 mil toneladas, das quais 175 mil do Brasil. No período anterior, os americanos importaram 297 mil toneladas. Ou seja, mesmo essa significativa redução diante da demanda atual não representa uma oportunidade tão grande assim.

Por essas e outras razões, a única certeza que há no momento é que o maior perigo da redução de oferta de fruta na Flórida está justamente no efeito que isso pode causar no consumo. Porque, no fim das contas, uma citricultura pujante e o consumo em alta na Flórida têm muito mais a nos oferecer do que uma derrota para o *greening* e para outras bebidas concorrentes. É o tipo de batalha em que todos perdem, inclusive nós. ■

PERIGO DA REDUÇÃO DA OFERTA

A participação do suco brasileiro nas importações também tem sofrido abalo, principalmente por causa de um acordo bilateral entre México e Estados Unidos que isenta os mexicanos de uma taxa de US$ 415 por tonelada de suco, taxa esta que é cobrada do produto brasileiro. Na distante safra de 1992/93, o suco brasileiro era responsável por nada menos do que 85% das importações americanas. Na safra 2013/14, porém, os embarques nacionais corresponderam a 69% das importações na terra do Tio Sam.

Seja como for, o fato é que, mesmo com esta drástica redução da produção na Flórida, a oferta de fruta ainda estará, de certa maneira, proporcional à demanda por suco. É até difícil imaginar como seria esse mercado caso retrocedêssemos ao ano de 2007, quando aquele país produziu 150 milhões de caixas. Com a demanda atual, em torno de 550 mil toneladas/ano, o mercado americano seria totalmente autossuficiente com uma produção em torno de 600 mil toneladas. Porém, por outro lado, com uma maior oferta de fruta, talvez os preços no varejo não tivessem sido tão impactados e, por consequência, a queda no consumo poderia ter sido menor; algo que nunca saberemos.

ARGENTINA

NOVOS VENTOS PARA O CAMPO

DA REDAÇÃO

RECONHECIDO PELA capacidade na produção de cereais e carnes para abastecer a sua população e gerar excedentes para exportação, o setor agropecuário argentino possui papel representativo na economia nacional.

Nos últimos vinte anos, a área ocupada com grãos no país teve um salto espetacular de praticamente 20 milhões de hectares. Similar ao ocorrido no Brasil, a sojicultura representou o carro-chefe de todo este processo de expansão agrícola, com crescimento de quase 14 milhões de hectares.

Mesmo assim, mais recentemente, os mandatos presidenciais do casal Kirchner – Néstor (2003-2006) e Cristina (2007-2011 e 2012-2015) – ficaram marcados como tempos de conturbado enfrentamento com o campo. O grande pomo da discórdia foram os impostos na exportação de grãos, as chamadas *retenciones*.

Agora, começa a gestão 2016-2019, do novo presidente eleito Mauricio Macri, com a implementação da decisão prometida durante a sua campanha eleitoral de extinguir as *retenciones*. No caso da soja, a taxa cairá de 35% para 30%. A cada ano, serão retirados 5%, até chegar a zero, em sete anos. Trigo, milho e carne, com 23%, 20% e 15%, respectivamente, ficarão livres desde o final de 2015.

A classe produtiva rural aguarda, também, com ansiedade o pacote de medidas de caráter macroeconômico. Um dos itens mais cercado de expectativa gira em torno da intensidade da desvalorização cambial, com impacto direto no aumento da competitividade das exportações do país.

AUMENTO RADICAL NA PRODUÇÃO

A retirada da taxa sobre as exportações já significa um estímulo para a produção e a renda do campo, destacou a tradicional Sociedade Rural Argentina (SRA), em nota distribuída ao público.

O país possui capacidade de produzir e abastecer de alimentos uma população de 680 milhões, o dobro do nível atual. Segundo a Organização das Nações

ARGENTINA: ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS

CEREAIS E OLEAGINOSAS

Ano	Grãos		Soja	
	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)
1995	26,6	26,0	4,9	10,8
2005	27,7	86,0	6,0	12,4
2014	36,7	110,0	19,8	53,3

Fonte: USDA; SAGP



Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Argentina ainda dispõe de 3,5 milhões de hectares de seu território para cultivo. Isso representa quase 1 hectare por habitante.

Com o abandono de restrições ao comércio, as portas do potencial do cinturão agrícola nos Pampas se abrirão. As políticas agrícolas devem levar em conta a importância das exportações e da abertura comercial para a melhoria da competitividade e do desempenho da economia no longo prazo.

Até 2014, o mercado brasileiro era o destino de quase 70% das suas exportações em farinha de trigo, cebolas, alho, azeitonas, malte e batatas congeladas; de 40% das uvas e azeite de oliva; e um terço das peras e das maçãs vendidas ao exterior. Para a Rússia, seguiam 20% e 40%, respectivamente, das suas exportações de carnes bovina e equina. Com a forte desvalorização do real e do rublo russo frente ao dólar, esse quadro piorou. Ainda, uma possível retração da demanda da China é mais um problema, destino de 80% dos embarques de soja em grão e 57% do óleo de amendoim. ■

ARGENTINA: AUMENTO NAS EXPORTAÇÕES DE 2015 A 2019

Produto	Milhões de toneladas
Milho	De 16,0 para 23,0
Soja	De 45,0 para 52,0
Trigo	De 4,5 para 11,0

Fonte: SRA

AGREGAÇÃO DE VALOR

Para comandar o Ministério da Agricultura, o presidente Macri escolheu Ricardo Buryaile, deputado federal e ex-dirigente da Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola (AACREA). No discurso de apresentação do seu gabinete de governo, Buryaile deixou claro que, sem o conflito entre governo e campo, trabalhará em prol de um diálogo produtivo com todos os setores.

"Trabalharemos para desenvolver a rentabilidade para a produção agropecuária, pois há anos produzimos 100 milhões de toneladas de grãos, quando poderíamos estar com uma colheita de 130 a 140 milhões", manifestou Buryaile. O clima é de otimismo entre os produtores, o Ministério e a imprensa.

COP-21

O ACORDO DE PARIS

BEATRIZ STUART SECAF
Coordenadora de Sustentabilidade da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

NEGOCIADO NA 21ª Conferência do Clima (COP-21) das Nações Unidas, o Acordo de Paris representa o novo marco jurídico de luta contra o aquecimento global e será "legalmente vinculante", ou seja, de cumprimento obrigatório. É o primeiro grande entendimento internacional desde o Protocolo de Kyoto, em 1997.

A fim de tentar remover barreiras para que os 195 países participantes da Conferência cheguem a um entendimento, Laurent Fabius, ministro das Relações Exteriores da França e presidente da COP-21, criou o Comitê de Paris, um grupo de quatorze facilitadores, do qual fez parte a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira.

O acordo deve tomar uma forma legal a partir do próximo dia 22 de abril, quando estará aberto para assinatura na sede da ONU, em Nova York. Até lá, o documento precisa ser submetido "a ratificação, aceitação ou aprovação" dentro de cada país.

Colocados fora do acordo, alguns dispositivos entraram no texto de decisão da COP-21, pois não precisam de aprovação doméstica nos países, porque são emendas à Convenção do Clima, já assinada e ratificada pelas 195 nações em 1992.

Em relação ao cronológico dos acontecimentos registrados nas sessões anteriores, a COP-21 carrega o mérito de conseguir, ineditamente, unir as nações do globo em torno de se buscar alternativas consensuais para enfrentar as mudanças climáticas e o aquecimento do mundo. Não obstante faltem ainda mais informações de como esse difícil caminho será percorrido, o documento apresenta os eixos básicos para o processo de descarbonização do Planeta. Essa é a sensação possível de

DESDOBRAMENTOS DO ACORDO

- Esforços para limitar o aumento médio da temperatura da Terra a 2°C e, se possível, a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais;
- Alcançar o pico de emissões o mais rápido possível, com emissões líquidas zero na segunda metade do século. Tudo que será emitido terá de ser retirado da atmosfera, seja com floresta ou com mecanismos de captura de carbono;
- Reconhecimento de que as ações anunciadas até agora pelos países não são suficientes para cumprir o objetivo do Acordo no cenário de menor custo, a necessidade de baixar as emissões das atuais 52 gigatoneladas para 40 gigatoneladas até 2030;
- Revisão das Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (INDCs) a cada cinco anos, visando a maiores ambições;
- Balanço em relação aos objetivos de longo prazo em 2018, com primeira verificação dos resultados do Acordo em 2023 e, depois, a cada cinco anos;
- US$ 100 bilhões por ano dos países ricos para projetos de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas a partir de 2020; e aumento deste volume de recursos antes de 2025.

se extrair, no momento, dos grupos ambientais e sociais sobre o assunto.

PROTAGONISMO DO AGRONEGÓCIO

Na véspera da COP-21 e como parte dos esforços no combate ao aquecimento global, o Brasil anunciou que reduzirá suas emissões em 37%, em 2025, e 43%, em 2030, com base no ano de 2005. Trata-se de uma contribuição bastante arrojada se comparada com as metas anunciadas por outros países em desenvolvimento ou, mesmo, com as anteriormente adotadas pelo Brasil.

A China, campeã no *ranking* de emissões, sinalizou que atingirá seu pico em 2030 e que reduzirá a intensidade de emissões de 60% a 65% por unidade de PIB. Já a redução da Índia, quarto maior emissor, será de 33% a 35%, também por unidade de PIB. Ambas utilizaram 2005 como base.

No caso brasileiro, o cumprimento da ambição apresentada dependerá em grande medida do agronegócio:

COMPROMISSOS NACIONAIS

Além de contar com o Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), com objetivos para 2020, o Brasil assumiu as seguintes medidas adicionais como parte de sua contribuição, a serem cumpridas até 2030:

- Aumento na participação da bioenergia na matriz energética;
- Reflorestamento e recuperação florestal em 12 milhões de hectares;
- Recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- Adoção da integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) em 5 milhões de hectares;
- Fim do desmatamento ilegal no bioma Amazônia até 2030.

Essa importante participação do setor na agenda de clima pode ser encarada de duas formas: como obstáculo ou como oportunidade.

É verdade que há importantes desafios pela frente. Para que as práticas de baixo carbono cheguem ao campo na escala necessária, será preciso aperfeiçoar as políticas setoriais e os mecanismos de financiamento. É o caso, por exemplo, da linha de crédito do Programa ABC. O fortalecimento na capacitação e na assistência técnica, tanto ao financiador, como ao produtor, será essencial nesse processo. Um outro gargalo a ser enfrentado é o desenvolvimento de sistemas mais transparentes e eficientes de monitoramento e verificação. Afinal, não há resultado que se sustente sem planejamento e gestão.

A recuperação de pastagens para a intensificação da pecuária, por outro lado, aumentará a competitividade do setor, com ganhos de produtividade e disponibilização de áreas para outros usos. Além disso, a adoção de sistemas integrados (iLPF), além de resultar em ganhos ambientais, pode diversificar a renda do produtor em um momento de crise econômica e climática.

Ganhos podem ser vislumbrados, também, com o acesso a crédito diferenciado e incentivos que reconheçam as externalidades positivas das práticas agropecuárias de baixo impacto, como mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

O Acordo de Paris, pela primeira vez na arena multilateral, prevê que todos os países tenham compromissos de redução de emissões, mesmo reconhecendo que deve haver diferenciação por conta dos diferentes níveis de desenvolvimento. O agronegócio brasileiro tem grande potencial de contribuição. Se superados os desafios, o setor pode tornar-se ainda mais competitivo no mercado global. Fomos convocados a sermos protagonistas em mais essa agenda. Devemos aproveitar esta oportunidade. ■



PRÊMIO SESCOOP EXCELÊNCIA DE GESTÃO

RECONHECIMENTO A 32 COOPERATIVAS DE TODO O PAÍS

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

UNIMED CIRCUITO DAS ÁGUAS (MG) E UNIMED VITÓRIA (ES) SÃO AS GRANDES VENCEDORAS. CASTROLANDA (PR) E SICREDI SUDOESTE MT FORAM OS DESTAQUES MELHORIA CONTÍNUA, ENQUANTO O DESTAQUE GOVERNANÇA FOI PARA A C. VALE (PR).

"Este prêmio demonstra que, praticando a autogestão, as cooperativas podem melhorar cada vez mais seu trabalho, criar felicidade para os associados e ajudar o Brasil a superar o momento difícil que vive". Foi assim que o presidente do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Márcio Lopes de Freitas, saudou as cooperativas participantes e os convidados, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Sescoop Excelência de Gestão (ciclo 2015), realizada em Brasília, no último dia 17 de novembro.

"As 32 cooperativas reconhecidas com o Prêmio representam o universo do cooperativismo brasileiro. Hoje, mais de mil cooperativas de todo o País já participam do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). E nossa expectativa é de que, em cinco anos, as mais de 6 mil cooperativas do País tenham aderido ao Programa", concluiu Márcio Lopes de Freitas.

O Prêmio Sescoop é promovido pelo Sistema OCB em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A lista de convidados à cerimônia incluiu representantes dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho e, também, do Banco Central.

O Brasil que dá certo: para o diretor-presidente executivo da FNQ, Jairo Martins, "as cooperativas premiadas são um retrato do país que queremos ser. Temos muita gente que quer trabalhar, temos recursos naturais; temos tudo. As cooperativas brasileiras são extremamente corajosas; representam o Brasil que não esmorece, o Brasil que dá certo", disse.

O COOPERATIVISMO BRASILEIRO RECEBE O CERTIFICADO DE MAIORIDADE

Representando a banca julgadora do Prêmio, Roberto Rodrigues, da Fundação Getulio Vargas, embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para o Cooperativismo Mundial, contou um pouco da história do movimento. “A certidão de batismo do cooperativismo brasileiro veio em 1988, com a nova Constituição, que consagrou a liberdade e a autogestão das cooperativas. Hoje, com este Prêmio, o cooperativismo recebe seu certificado de maioridade”, concluiu.



Prêmio Sescoop
Excelência de Gestão
Uma iniciativa do Sistema OCB

SOBRE O PRÊMIO

O Prêmio Sescoop Excelência de Gestão visa ao reconhecimento e ao incentivo das melhores práticas de gestão e governança de cooperativas participantes do PDGC. Neste ano, 246 cooperativas se inscreveram.

As cooperativas são reconhecidas nas faixas Ouro, Prata e Bronze. Tambem são escolhidos dois vencedores: um para o Destaque Governança e outro para o Destaque Melhoria Contínua. Neste ano, houve empate no prêmio principal e no Destaque Melhoria Contínua.

O PDGC segue o modelo de excelência da gestão da FNQ. As cooperativas inscritas passam por uma sequência de avaliação e consultoria para mapear pontos fortes e oportunidades, criando processos de otimização e, muitas vezes, de reestruturação.

BOAS PRÁTICAS

O Prêmio Sescoop Excelência de Gestão contou, ainda, com o lançamento do *Compêndio de Boas Práticas de Gestão e Governança (ciclo 2013/2014)*, publicado pelo Sistema OCB. O seu conteúdo representa um banco de conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido pelas cooperativas reconhecidas nas categorias Prata e Ouro da primeira edição do Prêmio Sescoop Excelência de Gestão, em 2013.

DEPOIMENTOS



Vivemos uma crise de valores. Quem cultiva o cooperativismo cultiva valores. O Prêmio mostra que, por meio do processo de autogestão, as cooperativas podem tornar-se cada vez melhores: criar felicidade; derramar valores, princípios, harmonia, paz e desenvolvimento por todo o Brasil.

Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB



O Prêmio é uma certificação de excelência e eficiência; de liberdade com responsabilidade. É a concretização de um desafio alcançado pelo Sistema OCB, que aceitou a missão de fortalecer a autogestão nas cooperativas brasileiras.

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) e membro da banca julgadora do Prêmio



A iniciativa do Sescoop deu as ferramentas para que as cooperativas evoluam. Na medida em que são avaliadas, elas descobrem oportunidades de melhoria. E criar um prêmio é um fator de motivação. Ter seu trabalho reconhecido é muito importante.

Jairo Martins, diretor-presidente executivo da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)



Os critérios de avaliação são muito bem definidos, e ficamos muito impressionados com o desempenho das cooperativas reconhecidas. O Sescoop está de parabéns por esta iniciativa, que contribui muito para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

Elvira Cruvinel, chefe do Departamento de Educação Financeira do Banco Central



Merece destaque a evolução na logística para a realização do Prêmio. Houve uma capacitação para os avaliadores, e isso contribuiu para o resultado. É neste momento que as cooperativas têm seus trabalhos de governança e gestão reconhecidos.

Rodrigo da Silva Leocádio, analista de cooperativas do Sescoop/MG e avaliador do Prêmio



O Prêmio é um reconhecimento do esforço, do trabalho e da dedicação daqueles que mais se esforçaram para alcançar a excelência. As cooperativas reconhecidas são, naturalmente, as que mais se comprometeram com a transparência e se apropriaram das ferramentas oferecidas pelo Sescoop.

José Aparecido dos Santos, superintendente do Sescoop/CE



Com o Prêmio, o cooperativismo sobe para outro patamar. As cooperativas estão valorizando cada vez mais seus cooperados e contribuindo com a comunidade. O que é avaliado não é o tamanho da entidade, mas a excelência em sua gestão.

Esthério Sebastião Colnago, presidente do Sistema OCB/ES



O maior beneficiado com a implantação de ferramentas oferecidas pelo Sescoop é o cooperado, porque isso se reflete dentro das cooperativas. E, com o Prêmio, nós permitimos que elas compartilhem entre si essas práticas.

Onofre Cezário de Souza Filho, presidente do Sistema OCB/MT



O Prêmio é a coroação de um trabalho bem-feito. Ele reconhece o que o cooperativismo faz pela sociedade. Somos diferentes das empresas comuns. Precisamos divulgar cada vez mais nosso trabalho, tão importante para o Brasil.

Edivaldo Del Grande, presidente do Sistema Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo)



O Prêmio traz a possibilidade de divulgação dos grandes *cases* de sucesso, reconhecidos por um processo democrático e transparente de avaliação. As cooperativas devem aprender umas com as outras os processos; é isso que leva a uma melhor gestão.

Vergilio Perius, presidente do Sistema OCERGS (Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul)



Há anos lutamos para dotar as cooperativas de ferramentas de gestão, controle, acompanhamento e capacitação, para que elas mostrem excelência em suas atividades. É uma satisfação ver, neste Prêmio, as cooperativas tendo todo esse trabalho reconhecido.

Nelson Costa, superintendente adjunto do Sistema Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná)



O maior objetivo das cooperativas é fazer um bom trabalho, e o Prêmio é o reconhecimento e a afirmação de que este trabalho tem alcançado resultados satisfatórios. Ser reconhecido por um prêmio com credibilidade e transparência é uma honra.

Elvio Silveira, coordenador de Autogestão do Sescoop/SC. ■



ISTOCKPHOTO

CONHEÇA O SISTEMA BRASILEIRO DE SEMENTES

A Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) congrega as associações estaduais de produtores de sementes e entidades representativas de todo o setor de sementes do Brasil, de obtentores a usuários. Integram este sistema os setores de pesquisa, produção, multiplicação, beneficiamento, armazenamento e comercialização, objetivando, juntos, uma representação institucional forte e atuante.

NESTE CADERNO especial editado pela ***Agroanalysis***, apresentamos um breve relato histórico da evolução da ABRASEM ao longo dos anos. Convidamos, também, os eleitores a visitarem o nosso site – www.abrasem.com.br – para obter informações estatísticas sobre a produção de sementes no Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
José Américo Pierre Rodrigues

Superintendente executivo
Paulo Campante

Assistente administrativa e financeira
Vanessa Moura Medeiros

Assessora da Diretoria
Mariana Barreto

A FASE EMBRIONÁRIA

Em 1934, em uma feliz iniciativa governamental, o Brasil deu o primeiro passo para se tornar, como hoje é, a grande potência agrícola mundial. Naquele ano, o estado de São Paulo criou a primeira legislação sobre sementes e mudas, contemplando as culturas de algodão, tomate, milho híbrido, arroz, feijão, batata-semente e mudas de citros.

No ano de 1951, o estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Agricultura, criou o "serviço de sementes e mudas", com a finalidade de incrementar a produção de sementes de boa qualidade. Entretanto, a indústria brasileira de sementes propriamente dita somente teve início na década de 1960, com a Campanha de Fitossanidade e da Semente do Trigo e com o III Seminário Pan-Americano de Sementes, nos quais foram criadas as Comissões Estaduais de Sementes de Trigo nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Até aquele momento, as legislações que regulamentavam a produção, a comercialização e a distribuição de sementes no País tinham caráter eminentemente estadual e a produção de sementes no Brasil era feita, em sua maior parte, pelos órgãos oficiais, por meio do Ministério da Agricultura, ou, no caso de alguns estados, pelas Secretarias de Agricultura.

À medida que crescia a necessidade de produzir sementes melhoradas, aumentava o número de produtores interessados. Em consequência, os órgãos oficiais esforçavam-se para normatizar e controlar todas as fases de produção e comercialização. Paralelamente, as instituições de pesquisa aceleravam seus programas para poderem ofere-

MARCOS REGULATÓRIOS IMPORTANTES

13 de julho de 1965: instituída a primeira lei de sementes (Lei nº 4.727), para regulamentar a fiscalização do seu comércio. Esta legislação propiciou um crescente e próspero desenvolvimento aos programas de produção. Seu grande mérito foi proporcionar à iniciativa privada a estruturação para assumir a tarefa de produzir. Anteriormente, esta função estava a cargo do Governo. Assim, surgiram os primeiros produtores, com suas estruturas de beneficiamento e armazenamento, com o objetivo de produzir sementes de modo a atender os requisitos previstos pela nova Lei.

1967: elaborado o Plano Nacional de Sementes (PLANASEM), responsável pela criação da Política Nacional de Sementes, com o estabelecimento das principais diretrizes de competência dos órgãos governamentais para o setor produtivo.

O plano regulamentou, também:

- A supletividade do poder público na produção de sementes básicas e comerciais;
- A organização de programas de treinamento para os produtores de sementes e mudas; e
- A obrigatoriedade do registro de todas as pessoas e as entidades dedicadas à produção de sementes e mudas.

Por determinação do PLANASEM, foram criadas, em 1971, as Entidades Certificadoras e Fiscalizadoras, a Comissão Nacional de Sementes e Mudas (CONASEM) e as Comissões Estaduais de Sementes e Mudas (CESMs), com as funções de servirem, respectivamente, como fontes consultiva, normativa e informativa.

cer materiais básicos com qualidades genéticas superiores, visando dar suporte aos programas de produção da iniciativa privada.

Com o treinamento intensivo de pessoal, a conscientização do agricultor em utilizar sementes melhoradas e as vantagens propiciadas pelo crédito rural, o setor expandiu rapidamente. Houve, então, a necessidade da formação das associações para congregar os produtores de sementes, com o objetivo de dar apoio aos órgãos oficiais na organização e na normatização do sistema de produção de sementes.

NASCIMENTO DA ABRASEM

No contexto da normatização do sistema de produção de sementes, as associações do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás, criadas em 1971, fundaram, em 20 de outubro de 1972, a ABRASEM. Assim, a nova Associação criada estaria localizada em Brasília, com a missão de representar e unir as associações estaduais dos produtores de sementes para a completa afirmação dos interesses da classe na agricultura nacional. Após sua fundação, a ABRASEM foi imediatamente recebida pelos órgãos públicos e privados e, em pouco tempo, institucionalizada como porta-voz dos produtores de sementes junto à administração federal.

Em 1985, o Sistema ABRASEM já congregava cerca de onze associações estaduais de produtoras de sementes, dentre elas as associações estaduais de produtores de sementes dos estados do Rio Grande do Sul (APASSUL), do Paraná (APASEM), de Santa Catarina (APROSESC), de São Paulo (APPS), de Minas Gerais (APSEMG), de Goiás (AGROSEM), do Mato Grosso do Sul (APROSSUL), do Mato Grosso (APROSMAT) e da Bahia (ABASEM).

FASES DE REESTRUTURAÇÃO

Nos anos 90, muitas atividades nos setores de insumos e máquinas da área de agronegócio passaram por reestruturações, com fusões e aquisições, inclusive na área de sementes. Para adequar-se ao novo ambiente de negócios, a ABRASEM realizou, também, a sua primeira grande reestruturação. Dotada de prestígio como representante dos produtores de sementes, a ABRASEM precisava, então, congregar a indústria de sementes como um todo, com seus diferentes elos e setores. Isso envolvia os obtentores vegetais, por meio da Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV), e os profissionais de pesquisa e tecnologia de sementes, por meio da Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES).

Por sua vez, novas associações de produtores de sementes foram incorporadas ao Sistema, como são os casos da:

- Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM), com foco principal no segmento de plantas olerícolas e ornamentais; e da
- Associação para o Fomento à Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras (UNIPASTO), composta por empresas e produtores de sementes de forrageiras tropicais, a partir de parceria firmada junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Além disso, a ABRASEM passou a ser parte ativa nas discussões internacionais ao se filiar à International Seed Federation (ISF), em 2003, e à Seed Association of the Americas (SAA), em 2008.

Em 2013, a ABRASEM iniciou sua segunda restruturação, com a incorporação de novas categorias de associados, como empresas de sementes, fundações de apoio à pesquisa e empresas, universidades e associações de interesses correlatos, tais como máquinas, implementos, produtos químicos, sacarias, veículos, serviços e outros.

MEMBROS DA ABRASEM

Associações estaduais dos produtores e comerciantes de sementes e mudas:

Rio Grande do Sul (APASSUL); Santa Catarina (APROSESC); Paraná (APASEM); São Paulo (APPS); Minas Gerais (APSEMG); Goiás (AGROSEM); Mato Grosso do Sul (APROSSUL).

Outras associações:

Associação Nacional de Produtores de Sementes de Gramíneas e Leguminosas Forrageiras (ANPROSEM); Associação para o Fomento à Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras (UNIPASTO); Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM); Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES); e Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV).

Empresas:

Monsanto, Pioneer, Bayer, Syngenta, Dow AgroSciences e BASF.

ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA

A ABRASEM é regida por uma Assembleia Geral, órgão legislativo e deliberativo soberano, e um Conselho de Administração, composto por dez membros, responsáveis por aprovar o Plano Anual de Trabalho da associação.

À Diretoria Executiva cabem a execução do plano de trabalho e a representação formal da Associação perante o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, os bancos, os órgãos e as empresas públicas e privadas, sempre que necessário, para o bom funcionamento da entidade.

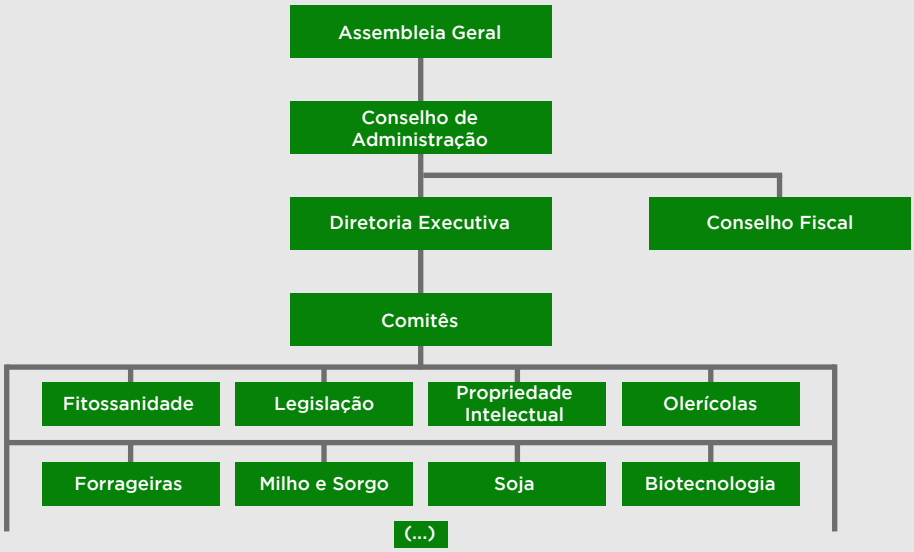
Sustentada por comitês técnicos, a ABRASEM apresenta sua base forte e seu poder de acompanhar e participar ativamente de praticamente todos os temas relacionados ao setor de sementes, seja em nível nacional ou internacional.

Hoje, a ABRASEM conta com dez comitês técnicos em atividade. Alguns deles tratam de temas transversais ao sistema de sementes e mudas, ou seja, que perpassam por todas as espécies, entre eles os Comitês de Legislação, Fitossanidade, Propriedade Intelectual, Biotecnologia e Capacitação. Outros são específicos por cultura, tratando de assuntos relacionados a soja, forrageiras, olerícolas, milho, entre outras.



ISTOCKPHOTO

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA ABRASEM



PILAR ESTRATÉGICO DA COMPETITIVIDADE

Por meio das reivindicações e gestões da ABRASEM junto ao Governo, além de normas específicas para a produção de sementes e mudas de grandes culturas, forrageiras tropicais, padrões de sementes e mudas e tantas outras, foram aprovadas várias legislações que regulam e garantem a qualidade das sementes produzidas no País, tais como:

- A Lei de Sementes e Mudas (nº 10.711/03);
- O Decreto de Sementes e Mudas (nº 5.153/04);
- A Lei de Proteção de Cultivares (nº 9.456/97);
- A Lei de Biossegurança (nº 11.105/05).

Para manter o sistema nacional de sementes e mudas em constante evolução, é muito importante focar na visão integrada reinante dos segmentos no ambiente do agronegócio: o ciclo agrícola inicia-se antes do plantio, quando, na verdade, dá-se o trabalho dos pesquisadores no desenvolvimento de novas cultivares e tecnologias.

Para qualquer pessoa ligada ao agronegócio, é fácil perceber que a área de sementes, consolidada no Brasil nos últimos cinquenta anos, responde diretamente pelo sucesso ou pelo insucesso da produção de alimentos, além de constituir-se em fator essencial para alavancar a agricultura nacional. E mais do que isso, no desempenho desta área reside a própria sustentabilidade do agronegócio.

A ABRASEM e suas associadas apostam no desenvolvimento e na consolidação da indústria de sementes. Para isso, desejam compartilhar essa visão com as lideranças agrícolas e toda a sociedade brasileira, os grandes beneficiários finais. Como a vocação primeira do Brasil é agrícola, o sistema nacional de sementes e mudas representa um pilar estratégico para a competitividade do País. ■

IMPACTOS NA AGRICULTURA

FENÔMENO EL NIÑO

EDUARDO DAHER

Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A PRODUÇÃO brasileira de grãos na safra 2015/16 inicia-se frente às incertezas climáticas. Os produtores rurais não temeriam tais riscos – inerentes à sua lida incansável – não fossem as dimensões dos impactos apontadas pelos especialistas. As consequências de um inverno que finda tendo sido um dos mais quentes nos últimos anos ainda não são definitivas.

De fato, conforme relatório da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA, na sigla em inglês), do Departamento de Comércio Americano, há 85% de chance de o fenômeno El Niño continuar afetando o clima até o início da primavera de 2016. Esta previsão exige atenção frente às peculiaridades regionais da produção agropecuária no Brasil.

Os novos desafios climáticos exigem que os agricultores redobrem as melhores práticas de manejo integrado em seus cultivos recomendadas pela pesquisa. As mudanças na temperatura e as precipitações desordenadas tendem a afetar, por exemplo, a eficácia de fungicidas, inseticidas e herbicidas. Isso exigirá decisivos estímulos à área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na busca de novos ingredientes ativos.

Nesse ponto, justamente, se estabelece um dos grandes nós da questão: a Ciência e as inovações vêm sendo duramente penalizadas pela lentidão verificada no marco regulatório brasileiro. Os processos para aprovação de novas moléculas são prolongados, com duração, em média, de um período de até seis anos. ■

IMPACTOS REGIONAIS NO BRASIL

- No Sul, se preveem precipitações acima da média, enquanto, no Nordeste, ficam abaixo da média. Esse quadro climático causa reduções na produtividade da agricultura destas regiões devido aos excessos ou às deficiências hídricas para as culturas.
- No Centro-Oeste, as chuvas são benéficas para os produtores de soja, milho, algodão e arroz. Porém, com o aumento do calor logo após as precipitações, há maior período de molhamento foliar e o desenvolvimento de doenças. Esse quadro climático é propício para o desenvolvimento da ferrugem asiática na cultura de soja; a chuva em excesso dificulta o controle da doença, pois inviabiliza a pulverização e prejudica a eficácia dos defensivos.
- No Sudeste, prevê-se aumento da chuva, que, seguido da subida na temperatura, gera perda da produção de frutas e hortaliças, por si sensíveis às intempéries. Vale ressaltar, também, que a produção da pecuária leiteira passa por dificuldades na região.
- No Sul, em geral, o aumento da chuva beneficia as culturas de milho e soja. Contudo, quando a chuva prolonga-se no período de colheita, os trabalhos de campo ficam prejudicados. Isso gera perda de produtividade e qualidade dos produtos. O principal impacto do El Niño é na soja, com perdas na colheita de quase 80%. Já as temperaturas quentes trazem benefícios para a cultura de trigo, pois diminuem a possibilidade de geadas.
- No Nordeste, onde a Bahia se tornou importante fronteira de cultivo de algodão e soja, observa-se a incidência, também, da ferrugem asiática. Já no Norte, a fruticultura irrigada não corre risco, sendo que período de seca pode até melhorar a qualidade da produção.

DIÁRIO DE BORDO

FELIZ 2017, 18, 20...

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

MUITOS ECONOMISTAS e empresários estão pessimistas com as perspectivas para 2016. Há quem dia que o ano pode ser ainda pior do que 2015 na economia, com aumento do desemprego e da inflação, com juros mais altos inibindo investimentos, com eventual aumento de juros nos Estados Unidos que afugentaria dólares daqui, e com a ameaça de rebaixamento do nosso grau de investimento por outras agências de *rating*. Cenário nada brilhante, somado a uma crise política sem precedentes: um governo fraco e sem credibilidade ameaçado de *impeachment*, lideranças desmoralizadas no Parlamento, novas delações premiadas sinalizando mais prisões importantes na operação Lava-Jato – em que o juiz Sérgio Moro surge como um grande herói, resgatando a honra nacional, maculada pelos petrolões sem fim –, arrufos infantis entre as principais figuras da República. Enfim, uma tristeza que já ultrapassa as fronteiras brasileiras e nos transforma em objeto de piadas pelo mundo afora.



No campo, só se acentuam os problemas anunciados desde setembro/outubro passados. Os custos de produção subiram mesmo, o El Niño violento como nunca vai destruindo renda no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, piorando a qualidade da produção no Sul e no Sudeste, atrasando e reduzindo as chances de uma boa safra de inverno... Milhares de hectares foram replantados mais de uma vez, sobretudo no Centro-Oeste e no Nordeste, e outros tantos foram tardiamente semeados. E o câmbio segue sendo uma incógnita. A expectativa de margens menores vai se consolidando, especialmente para quem deve na moeda americana.

Realmente, um cenário nada agradável, justificando as brincadeiras de quem gostaria que 2016 fosse logo esquecido. Por tudo isso, o índice de confiança dos produtores rurais brasileiros só vem caindo desde o começo do segundo semestre.

Mas, será assim mesmo tão escuro o curto prazo? Nem tanto...

Os preços do açúcar subiram bastante nos últimos meses, e o etanol, mais escasso, deve melhorar com um sinalizado aumento da CIDE (que já deveria ter sido implantado há mais de ano), de modo que a cana-de-açúcar terá, finalmente, uma safra mais doce. Laranja e café terão uma safra boa, e as carnes continuarão com mercado demandante.

Tenho recebido frequentes visitas de fundos internacionais e empresas daqui e de fora interessados em investir nos diferentes setores do agronegócio brasileiro, desde infraestrutura até indústria de alimentos. Nosso País ainda é e será sempre uma importante plataforma do agronegócio mundial e nunca deixará de ser atraente a capitais estrangeiros, especialmente agora que o País ficou muito barato. A única questão que inibe grandes investimentos aqui é a falta de confiança no presente. E grandes bancos privados estão fortalecendo suas áreas de crédito rural, por confiarem no nosso setor.

E, é claro, os resultados da COP-21 deixaram-nos bem no cenário global, pela redução das emissões de CO_2 equivalente, graças aos nossos notáveis Programa ABC, agroenergia e declínio do desmatamento.

Portanto, cabeça erguida. Vamos construir um belo 2016, salvando o PIB, os empregos, o saldo comercial e garantindo o combate à inflação. Outra vez!

Feliz Ano Novo! ■

PRODUZIR

BRASIL É O CENTRO DAS SOLUÇÕES ENTRE CLIMA E COMÉRCIO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ANO de 2015 foi palco do acordo histórico da Conferência do Clima (COP-21), realizada em Paris, onde 195 países apresentaram suas metas climáticas. O novo cenário – com o Brasil em destaque – impulsiona uma nova dinâmica econômica mundial, que visa conciliar produção sustentável, clima e negociações internacionais de comércio entre os países.

O Brasil, um dos principais produtores de alimentos, fibras e bioenergia do mundo, com estratégias e resultados comprovados, consolidará seu enorme potencial com projetos que visam a uma nova gestão política e econômica, como destacamos na COP-21. O evento apontou, também, para esforços das nações, cujo acordo global impacta modelos de crescimento nos próximos cem anos.

É primordial unificar as negociações de comércio e o clima, fixar critérios claros e comparativos, a fim de definir um padrão mundial de produção, estabelecendo um cronograma para os países se ajustarem de acordo com suas particularidades. Para novos valores e práticas sustentáveis, é importante reparametrizar os custos de oportunidade, as fatias de mercado dos tributos, mesmo em termos estimados. A magnitude da discussão merece sensibilidade econômica.

O protagonismo do Brasil e a capacidade do agro brasileiro para discutir *standards* globais à luz dos valores e das tecnologias disponíveis e em desenvolvimento crescem com a promoção de ações internas no setor e mudanças na infraestrutura institucional, como leis, normas e práticas.

A implantação do Código Florestal de 2012 será imprescindível à segurança jurídica, no processo de migração para uma agricultura de alta tecnologia. A rigorosa lei brasileira define alto percentual de preservação dentro das propriedades rurais, cujos custos deverão ser compensados por ganhos de produtividade e abertura de mercados.

Do total do território brasileiro, 62% são compostos por matas nativas e áreas preservadas. Na Europa e nos Estados Unidos, a cobertura florestal, na maior parte composta por árvores plantadas, representa menos de 30%. Apesar de ser o segundo produtor mundial de alimentos, o Brasil ocupa menos de 28% da sua superfície com agricultura e produção extensiva de gado.

Em 2005, as emissões de gases do efeito estufa do setor foram de cerca de 460 $MtCO_2eq.$ – sendo $MtCO_2eq.$ tonelada métrica para quantificar a emissão de dióxido de carbono. Na perspectiva dos próximos quinze anos de investimentos no agro, para a implantação dessa nova economia agrária, as emissões deverão ser reduzidas a menos de 280 $MtCO_2eq.$ por ano, ou a menos de 22% das emissões totais brasileiras em 2030.

Na estratégia brasileira para mitigar os efeitos da mudança climática, os produtores rurais brasileiros serão os protagonistas. A comunidade internacional tende a se voltar cada vez mais para o Brasil, atraída pela nossa eficiente produção agropecuária e pela oportunidade de investimento e retorno.

O Brasil põe em perspectiva uma produção moderna aliada à preservação ambiental. Estamos construindo um novo modelo de produção alimentar, de fibras e energética, que deverá alçar o País ao posto de referência mundial no uso da terra e de recursos naturais. ■



OPINIÃO

INCORPORAR O CONCEITO DE CADEIA PRODUTIVA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O CONCEITO de cadeia produtiva é reconhecido por todos do setor agropecuário, mas necessita ser definitivamente incorporado.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) reuniu, no dia 15 de dezembro de 2015, centenas de representantes do agronegócio do estado no 1º Encontro das Cadeias Produtivas do Setor Agropecuário Paulista.

Abordando temas estruturantes para o nosso segmento, recebemos o professor Marcos Fava Neves (Conceito de Cadeias produtivas), o ex-secretário Xico Graziano (Agricultura e Sustentabilidade) e o ex-ministro Roberto Rodrigues (A Virtude e a Atualidade do Associativismo).

A interatividade deu o tom do evento e nos permitiu saudar e agradecer as lideranças que, abrindo mãos de atividades individuais, dedicaram-se e garantiram qualidade às nossas ativas Câmaras Setoriais.



Deste encontro participaram, também, integrantes das diversas Comissões Técnicas da SAA, compostas por servidores que possibilitaram a integração dos nossos institutos de pesquisa (IAC, IP, IZ, IEA, ITAL, IB), junto às nossas coordenadorias de: Extensão Rural (CATI), Defesa Animal e Vegetal (CDA) e Abastecimento (Codeagro).

São Paulo segue, na pasta de agricultura e abastecimento, quatro diretrizes estabelecidas pelo governador Geraldo Alckmin: (i) compatibilizar produção e preservação; (ii) aproximar a pesquisa da produção; (iii) priorizar o apoio e a atenção ao pequeno produtor e à agricultura familiar; e (iv) garantir a saudabilidade dos alimentos.

Estas normas orientam a atuação dos órgãos públicos e a formulação de políticas públicas e fundamentam as parcerias com entidades privadas, além de, acredito, darem um correto e claro norte ao trabalho.

O agronegócio paulista não pode ser medido pelo valor *stricto sensu* da nossa produção, mas pela sua dimensão global, que incorpora dados da dinâmica e da inovadora indústria de equipamentos, insumos, defensivos e adubos; pela estrutura laboratorial pública e privada vocacionada para o setor agropecuário; pela rede de entidades e instituições de ensino e formação de recursos humanos; pela rede de logística associada; assim como pela estrutura de seguros e financiamentos vinculada a essa atividade; enfim, por uma complexa e sofisticada estrutura que consubstancia o conceito de cadeia produtiva.

O conceito de rede, que começou no Brasil na década de 1990, trouxe valor para o agronegócio nacional e, hoje, é uma potência global de produção. Este conceito foi desenvolvido em algumas propostas de ação:

- Atuação pelo aumento da competitividade;
- Estruturação de uma organização setorial forte para definir um planejamento estratégico;
- Gerenciamento dos conflitos e incremento da cooperação entre os elos da cadeia;
- Esforço permanente pela redução dos custos de produção;
- Busca de novas oportunidades em mercados interno e externo;
- Agregação de valor aos diferentes produtos do setor; e
- Preocupação permanente com a divulgação dos diferenciais da cadeia e definição de um plano específico de *marketing*.

É isso que permite a São Paulo almejar ser o centro de produção do conhecimento e a sede das grandes decisões da agropecuária nacional.

O encontro foi vibrante e de conteúdo, e sobrou a certeza de que ele deve ser repetido. ■

REFLEXÃO

FATOS E VERSÕES

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O governo não quer apurar os fatos,
pois teme que seja verdade.
A oposição, pelos mesmos motivos,
por medo de ser mentira.

Carlos Nepomuceno, 21/08/09

A CRISE política e econômica brasileira ganha proporções gigantescas, fugindo para pior nas mais negativas projeções. O PIB caiu 3,4% em 2015 e, talvez, caia mais 2% em 2016, com renda em queda e desemprego em desaceleração. As relações políticas seguem estraçalhadas, com o processo de *impeachment* da presidente da República, de um lado, e as acusações para a cassação do presidente da Câmara dos Deputados, por outro lado, além da evolução do processo judicial da operação Lava-Jato.

A crise global mostra faces diversas. Nos Estados Unidos (EUA), têm-se a expectativa de subida da taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed) e a recuperação econômica. Nos países europeus, tem-se a retomada mais lenta das economias. O Japão segue parado. A China encontra-se em menor crescimento, porém ainda efetivo. No Oriente Médio, têm-se o terrorismo do ISIS ("Estado" islâmico) e as suas consequências. A Argentina apresenta um novo governo e as esperanças renovadas. Toda essa conjuntura internacional não explica o problema brasileiro.

Há um ponto comum nas avaliações sobre o Brasil e o mundo: a dificuldade de unir as discordâncias e a facilidade em alimentar as diferenças. A realidade mostra surpresas com a operação conjunta dos EUA, da Rússia e da França nos ataques ao ISIS, na Síria, bem como com as cartas jogadas pelos EUA na geopolítica energética, sobrepondo-se à OPEP. Esses são fatos.

Enquanto isso, as versões multiplicam-se no Brasil, com os 33 partidos políticos, 31 Ministérios e, saliente-se, estados endividados como o governo federal. E cabem as perguntas: quem é o ganhador e quem é o perdedor? Como prever o amanhã? Qual é o clima nas relações entre os três Poderes? Como o agronegócio é afetado?

As respostas passam pela análise de alguns fatores, como:

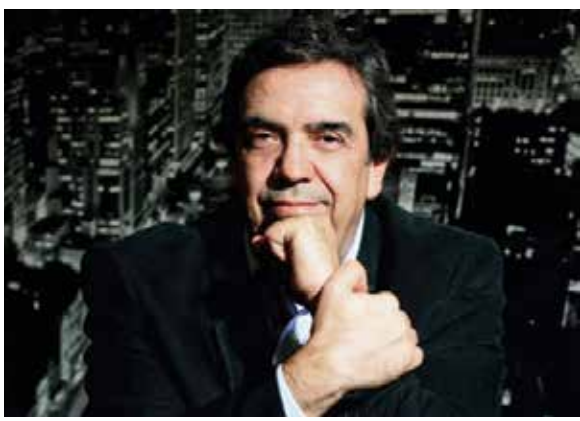
- As notícias diárias que fortalecem a relevância do agronegócio brasileiro na balança comercial, na sustentação de empregos, na qualidade de vida nas regiões (IDH medido), no domínio de tecnologia e nas exportações;

- O destaque dos partidos políticos sobre a realidade da sustentabilidade do agronegócio brasileiro, culminando nos compromissos assumidos na COP-21, em Paris;

- O ressentimento do setor quanto à falta de crédito para custeio e investimento, à fragilidade do mecanismo de seguro rural e à paralisação dos esforços em logística, em face da interrupção de obras essenciais, como a rede de transporte do sistema Arco Norte;

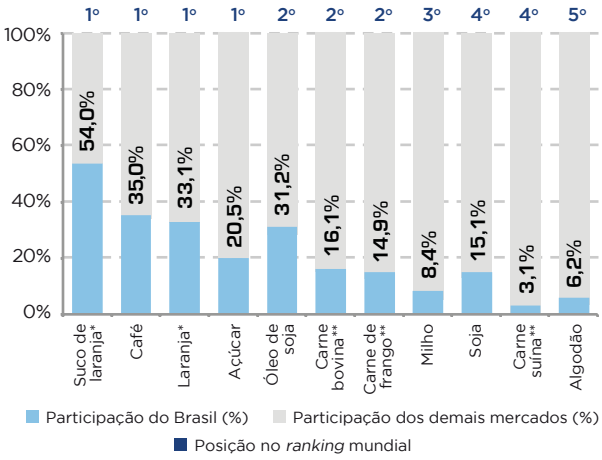
- A atual falta de previsibilidade do governo federal para atrair investimentos externos e internos, sem credibilidade e perspectivas com a piora das condições macroeconômicas brasileiras.

Os desafios são enormes e complexos para a recuperação econômica do País neste ano. Já há, na avaliação dos analistas econômicos, impactos negativos também para 2017. Os preços do petróleo seguem pressionados para baixo e limitam os preços das *commodities* em geral. Isso constrange a balança comercial e a saúde financeira dos agentes das cadeias produtivas setoriais. As versões variadas sobre fatos pouco transparentes atrapalham uma posição mais segura e certa quanto a dias melhores por parte da sociedade brasileira. ■



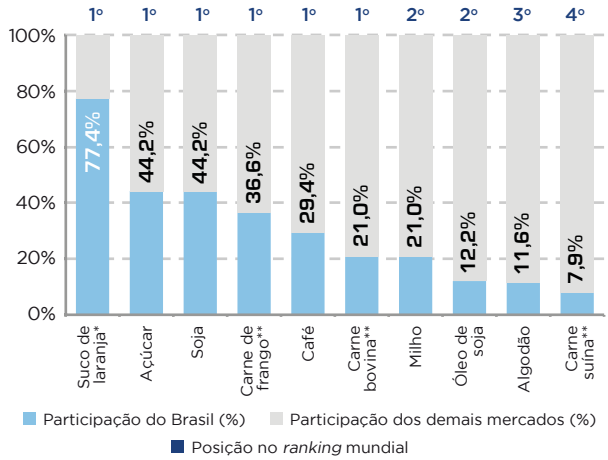
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



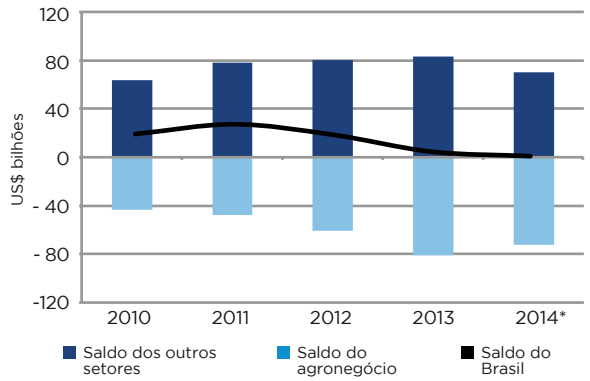
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



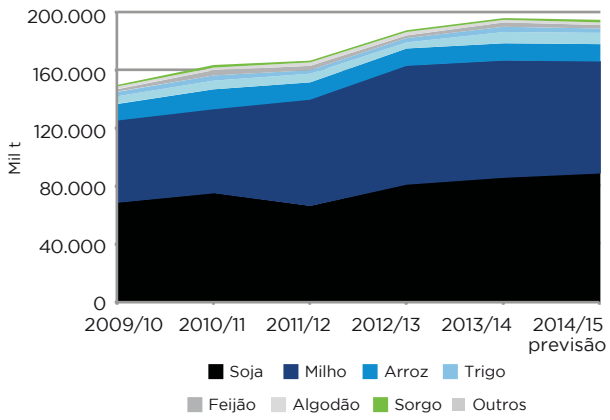
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



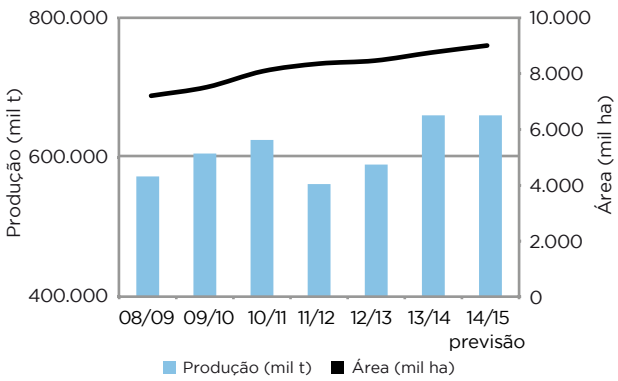
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



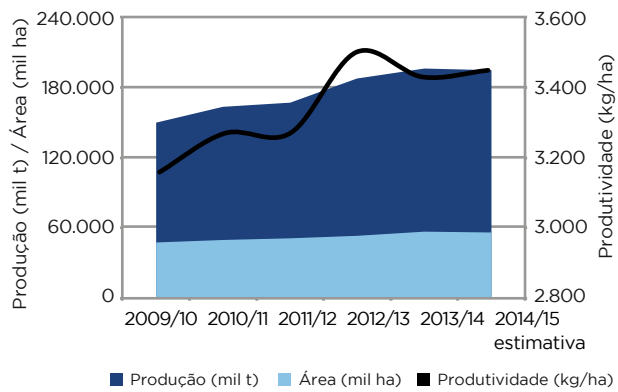
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab